



TERRAS INDÍGENAS KAINGANG





Universidade Federal de Santa Catarina
Centro De Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Licenciatura Intercultural Indígena do Sul Da Mata Atlântica

Terras Indígenas Kaingang

Esta publicação é uma compilação de trabalhos de pesquisa elaborados por acadêmicos Kaingang do curso de Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina no semestre 2016.1.

Disciplina: Pesquisa e Ação I

Professor: Lucas Bueno

Florianópolis
Julho de 2016

Sumário

Terra Indígena Guarita e sua organização política e social	5
1. Introdução	6
1.1. Breve Histórico da T.I. Guarita	6
1.2. A organização política e social da T.I Guarita	7
2. As aldeias referências da pesquisa.....	10
2.1. A aldeia KM 10	10
2.2. A Aldeia Estiva e sua localização.....	10
2.3. Aldeia Linha São Paulo e suas especificidades	11
3. A Educação escolar na T.I Guarita.....	13
3.1. A Educação escolar na Aldeia São João do Irapuá	14
3.2. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jêtě Tenh Ribeiro	20
3.2. Escola Toldo Campinas.....	21
4. Mitologia Indígena na Escola Gomercindo Jêtě Tenh Ribeiro	24
5. Considerações Finais	27
6. Referências bibliográficas	28
 Histórico da Terra Indígena Votouro	 30
1. Terra Indígena Votouro	31
1.1. História da língua portuguesa na aldeia.....	32
2. A escola como aliada na retomada da terra	34
3. Mito do Ouro Terra Indígena Votouro.....	34
4. Conclusão.....	35
5. Referências Bibliográficas	35
 Minha trajetória.....	 37
1. Minha aldeia – Passo dos Índios.....	38
2. Elaboração dos Artesanatos	40
3. Escola da Aldeia Passo dos Índios	41
4. Mitologia Kaingang na Aldeia Passo dos Índios	42
5. A Língua Portuguesa nas Aldeias.....	43

6. Minha Trajetória Até A Universidade.....	44
6.1. O início	44
6.2. Aprendendo a Cultura Tradicional	45
6.3. Ensino Fundamental - 1º a 4º série	45
6.4. Ensino Fundamental 5º a 7º série.....	46
6.5. Ensino Médio.....	46
6.6. O Caminho Escolhido	47
7. Conclusão.....	48
8. Referências Bibliográficas	49
História da Terra Indígena Xapecó e Aldeia Pinhalzinho	50
1. Introdução	51
1.1. A Terra Indígena Xapecó.....	51
1.2. A Aldeia Pinhalzinho.....	52
2. A língua portuguesa na Aldeia e na Escola Pinhalzinho	53
3. O casamento com os não índios	55
4. A exploração dos recursos naturais na Aldeia Pinhalzinho.....	56
5. A Escola Cacique Vanhkre	56
6. O ensino dos mitos nas escolas da Terra Indígena Xapecó	57
7. Considerações finais	59
8. Referências bibliográficas.....	62
Indígenas Kaingang de Serrinha: escola, mitologia e língua	63
1. A Comunidade.....	64
2. A Instituição Escola	65
3. A Aldeia, educação e a “política de painelão”	67
4. Considerações finais.....	69
5. Referências Bibliográficas	70
Terra Indígena Apucarantina: memorial	71
1. A Terra Indígena Apucarantina	72
2. Escravos na própria terra.....	73
3. As escolas da Terra Indígena Apucarantina	74

4. A língua materna hoje na comunidade	74
5. A mitologia na aldeia	75
6. Considerações finais.....	76
7. Referências bibliográficas.....	76
Acampamento Indígena Kanhgág Butiá	77
1. A escola	79
2. A língua portuguesa na aldeia	80
3. A mitologia.....	80
Aldeia Pinhalzinho: educação, língua e a mulher Kaingang	82
1. Terra Indígena Nonoai – Pinhalzinho	83
2. Língua portuguesa na comunidade	84
3. A instituição escola na aldeia: entre a língua portuguesa e a língua Kaingang	86
4. Como é o ensino da língua portuguesa na sala de aula	91
5. A mulher Kaingang.....	92
6. A infância da menina	93
7. O casamento no passado.....	94
8. Casamentos atuais	94
9. Considerações finais.....	96
10. Referências bibliográficas.....	97
Terra Indígena Inhacorá e suas especificidades	98
1. Introdução.....	99
2. História da língua portuguesa da Terra Indígena Inhacorá.....	100
3. A escola, a língua portuguesa e língua Kaingang	101
4. Trabalho de mitologia existente na comunidade indígena e na escola	103
5. Terra Indígena Inhacorá e sua economia	105
6. Organização social	106
7. Considerações finais	108
8. Referências bibliográficas.....	110

Terra Indígena Guarita

e sua organização política e social

Elaine Daniel Sales

Marcos Amaral

Marlei Angélica Bento

Osmar Mauricio Sales

Resumo

O trabalho aqui elaborado é uma reestruturação da pesquisa já redigida por nós, alunos Kaingang da Terra Indígena (T.I.) Guarita, na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Com este, temos a finalidade de apresentar a T.I. Guarita de uma forma geral, e também descrever especificamente as aldeias onde moramos que são: Estiva, Km 10 e Linha São Paulo, assim como as escolas onde nós trabalhamos.

Palavras-chave: Terra Indígena, Aldeia, Escola, Organização Social.

1. Introdução

1.1. Breve Histórico da T.I. Guarita

A Terra Indígena (T.I.) Guarita está localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-RS, com uma área de 23.406,87 hectares, entre os municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco, segundo dados da FUNAI-CTL (Coordenação de Trabalho Local). Também faz limite com o município de Miraguaí na parte povoada da T.I., e também com o município de Palmitinho no lado onde ainda só tem mata nativa. Atualmente a população em geral é de aproximadamente sete mil indígenas das etnias Kaingang e Guarani. A T.I. iniciou seu processo de demarcação em meados dos anos 1880, sendo oficializada a demarcação de sua área total no ano de 1917, pela Diretoria de Terras e Colonização, de acordo com as orientações do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Não existe processo de retomada em andamento na T.I. Veja tabela a seguir.

TERRA INDÍGENA GUARITA

Posto indígena Guarita

- Localização: **Divisa pelo Rio Guarita, municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco, fazendo limite também como município de Miraguaí, RS;**
 - Demarcação original: **No ano de 1918 pela Comissão de Terras de Palmeiras das Missões, RS;**
 - Redemarcação: **no ano de 1997;**
 - Título: **Registro no Cartório de Imóveis de Tenente Portela, RS, em maio de 1991, no SPU em dezembro de 1994;**
 - Área original: **23.183 hectares;**
 - Área total: **23.406,87 hectares.**
-

FONTE: ROSA, Arão, 2015, p. 11.

A sábia Joana Emilio da aldeia Linha São Paulo nasceu no dia 17 de agosto de 1924 na comunidade onde atualmente é a linha São Paulo, mas cresceu e viveu a maior parte da sua

vida na aldeia do Mato Queimado. Joana relata, através de uma conversa, que o nome da TI Guarita é em referência ao nome do Rio Guarita que está localizado em um dos seus limites territoriais realizado na demarcação; esse rio também banha várias outras cidades do RS. Em sua fala, também diz: “o nome Guarita foi dado a esse rio pelo motivo de ter tido uma guarita de vigilância próxima ao rio numa construção de uma usina hidrelétrica”. Ela diz ainda que naquela época a Guarita era usada como ponto de referência para os indígenas e para os não indígenas, e que muitos indígenas trabalhavam na construção desta usina. Ainda segundo Joana, nesse uso da mão de obra dos indígenas, um dos kaingang que ali trabalhava foi a óbito em um acidente nessa obra, sendo que nunca foi prestado nem um tipo de auxílio ou esclarecimento para a família e nem para a comunidade em geral. Joana completa sua fala dizendo que o nome Guarita foram os *fóg* (não indígenas) que deram, pois para nós o nome do rio é **SAKROG**.

Segundo os nossos anciões o nome “sakrog” tem seu motivo que é contado oralmente há várias gerações do nosso povo; sendo assim, a palavra **SA** é cascata em kaingang; o **KROG** é porque o barulho causado pelo rio era ouvido de muito longe, e assim foi criado o nome do rio. Atualmente o nome sakrog ainda é usado pelos kaingang para falar do rio, mas muitas famílias e comunidades já não sabem os verdadeiros nomes dos nossos rios por influência dos não indígenas e da língua portuguesa. Conforme os relatos, o nosso território kaingang da T.I. Guarita abrangia uma área entre o rio *Sakrog* (rio Guarita) e o rio *Sakupri* (rio Turvo).

1.2. A organização política e social da T.I Guarita

Antigamente a organização política territorial era através do posto, localidade onde os coronéis moravam; esses coronéis eram responsáveis pela organização social das comunidades e seus limites territoriais eram maiores do que os das atuais aldeias; um desses postos era o Posto São João do Irapuá, localizado na atual aldeia São João do Irapuá; mas o posto tinha maior limite territorial, abrangendo as atuais aldeias de Bananeira, São João do Irapuá, Estiva, Mato Queimado, Linha São Paulo e Laranjeira, além de outros postos na T.I.

Hoje a organização das lideranças na T.I. ocorre na seguinte ordem: lideranças máximas são o cacique, o vice-cacique e o conselho de anciões, composto por dois membros de cada aldeia; em seguida, por ordem hierárquica, vêm os coronéis, os majores, etc. Atualmente a T.I. Guarita é organizada politicamente em 17 aldeias kaingang, onde cada aldeia tem um capitão, um tenente, um sargento, delegados e seus *pãi sĩ*. Duas aldeias guarani tem sua própria organização e estão localizadas bem no interior da Terra Indígena

Guarita; todas estas aldeias estão contidas nos municípios de Redentora, Tenente Portela e Erval Seco.

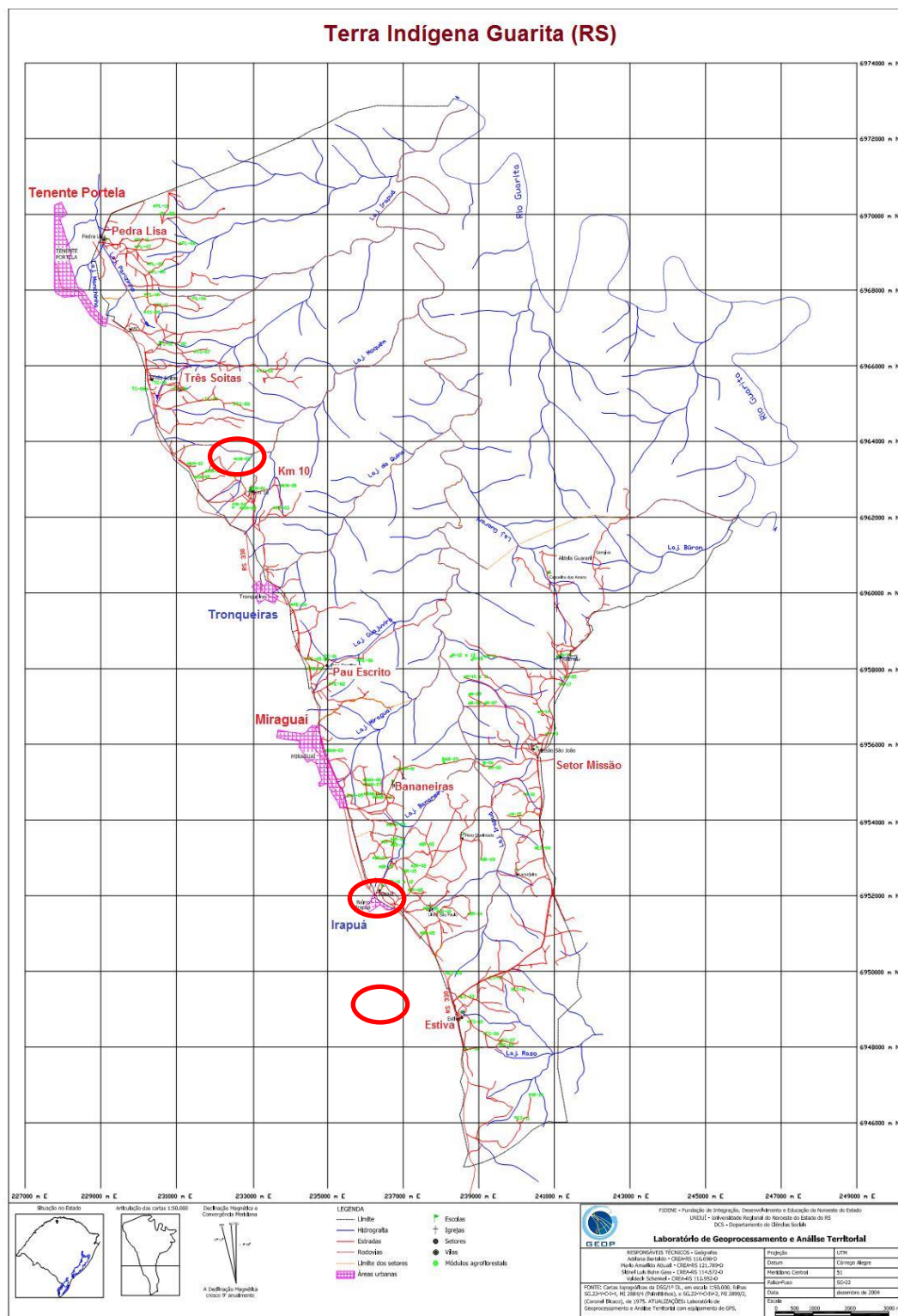
Para melhor compreensão, observe a organização das aldeias que estão distribuídas em três municípios, conforme tabela abaixo:

Tabela da organização política e social da T.I Guarita

MUNICÍPIOS	Redentora	Tenente Portela	Erval Seco
ALDEIAS	Estiva	KM 10	Capoeira dos Amaro <i>Comunidade Guarani</i>
	Katiú Griá		
	Missão Indígena	Linha Esperança	
	Laranjeira		
	Mato Queimado	Três Soitas	Gengibre <i>Comunidade Guarani</i>
	Linha São Paulo		
	São João do Irapuá	ABC	
	Bananeira		
	Linha Mó	Pedra Lisa	
	Pau Escrito		

Importante também ressaltar que a organização política e administrativa da T.I. Guarita está há mais de uma década sob a responsabilidade destas lideranças, das quais apenas o cacique e seu vice não foram substituídos. Hoje a escolha do cacique é feita por consenso da comunidade e pelo conselho de anciões, mas já houve um tempo em que esta escolha era feita através de eleição e de voto secreto. Este sistema de escolha das nossas lideranças reduziu consideravelmente vários conflitos e crises internas entre famílias, decorrentes da disputa política.

Figura 1- Terra Indígena Guarita.



2. As aldeias referências da pesquisa

Em seguida será apresentada uma contextualização de apenas três aldeias, nas quais nós, acadêmicos da UFSC, residimos.

2.1. A aldeia KM 10

A aldeia Km 10 é uma das 17 aldeias da T.I. Guarita, pertence ao município de Tenente Portela e está localizada entre os municípios de Tenente Portela e Miraguaí, há aproximadamente 10 quilômetros entre uma cidade e outra. É este motivo para o nome atual. É uma comunidade exclusivamente kaingang. Localizada próximo há ERS 330, é uma comunidade que tem um histórico de alta influência do não índio na vida dos kaingang que moravam e chegaram nesse lugar, principalmente incentivando a prática da língua portuguesa pelos kaingang. Atualmente a comunidade é composta por 136 famílias, tendo um total de aproximadamente 650 habitantes (dados da SESAI).

Com uma área aproximada de 710 hectares de terras com 136 famílias, a aldeia concentra as maiores lideranças da T.I. É esta aldeia que é a sede da T.I. Na comunidade existem instituições como escola, igrejas, posto de saúde, rádio comunitária, casa de cultura, ginásio de esporte, campo de futebol e arena de futebol de areia. Os maiores eventos que acontecem durante o ano na T.I. são realizados nesta aldeia; como exemplo cito o dia do índio, evento que reúne toda a população da T.I., além de visitantes de fora e convidados.

2.2. A Aldeia Estiva e sua localização

A aldeia Estiva é uma das comunidades Kaingang da T.I. Guarita, localizada próxima a RS-330 em Redentora (RS), e distante 450 km de Portela, integrando a Rota do Yucumã.

A comunidade tem origem de uma Aldeia de moradores próxima, conhecida como Toldo Campinas. Esta denominação foi dada ao local por tratar-se de uma área plana, onde se instalou uma serraria para exploração de madeiras da então Reserva Indígena do Guarita, em 1958.

Com a construção da rodovia RS-330 na década 1980, em busca de um melhor acesso, foi iniciada a criação de uma nova aldeia. Ela foi denominada Estiva em 1997. O nome Estiva não é muito conhecido pelos moradores. Mas algumas pessoas mais velhas contam que na

época havia uma passagem construída com madeiras roliças por cima de um banhado. Este local era conhecido como “estiva”, assim chamado por moradores da época, e o mesmo nome permanece até hoje.

Atualmente a Aldeia Estiva possui cerca de 150 famílias, com população de aproximadamente 500 pessoas residentes na aldeia. Tem um posto de saúde, igrejas, área de lazer, secretaria municipal do índio, casa do artesanato e a escola que atende desde a educação infantil até o 9ª ano do ensino fundamental. Sendo assim, a maior fonte de renda da população da localidade é o artesanato e a agricultura de subsistência.

A agricultura, a criação de animais para o consumo próprio ou para a venda, e a realização de serviços temporários também são geradores de renda na aldeia. Na agricultura as terras são cultivadas com plantações de milho, mandioca, feijão, batata doce, frutas e verduras que são comercializadas entre os próprios indígenas, fora da aldeia e também servem como merenda escolar na escola.

As famílias Raimundo, Camilo, Sales e Leopoldino são mais antigas do setor Estiva. Na comunidade da Estiva a língua mais falada é o kaingang. Como a língua kaingang, os *rá* (marcas tribais kaingang) são muito valorizados por definir a cultura tradicional, estruturando as relações entre famílias, o parentesco, as lideranças, práticas sociais como o cuidado de viúvos (as). Neste sentido, a organização social desta aldeia segue o costume adquirido do povo tradicionalmente.

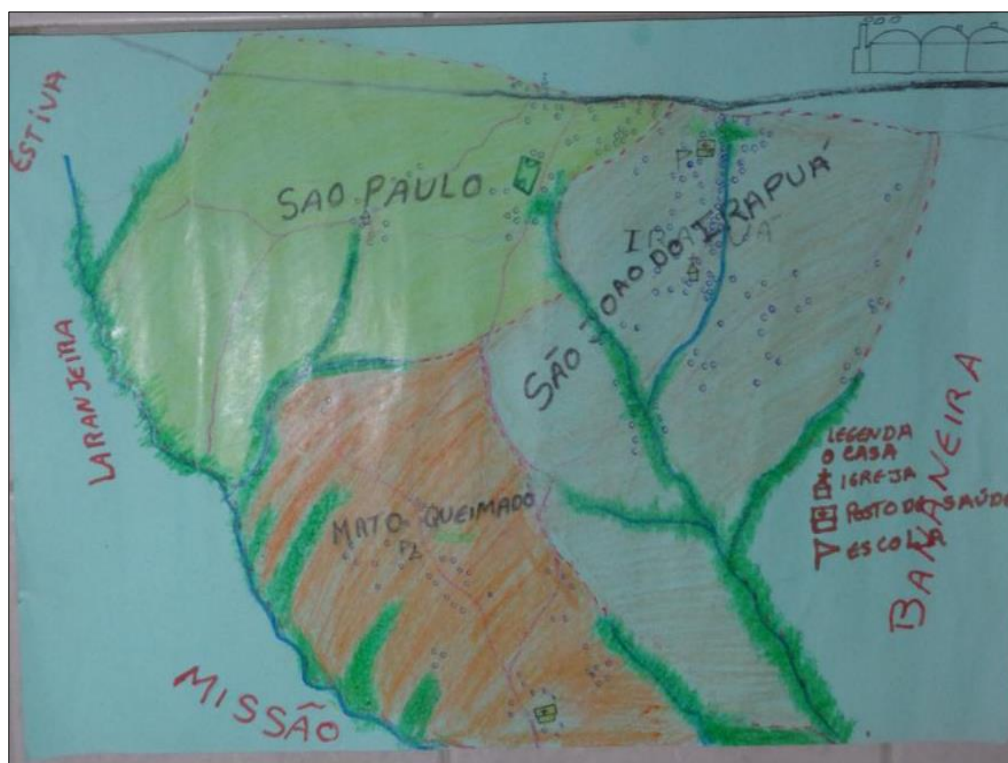
Existem duas igrejas na aldeia, são elas: “Assembleia de Deus” e “Só o Senhor é Deus”.

A saúde é de responsabilidade da SESAI, que mantém dentro da aldeia uma equipe multidisciplinar de funcionários que atuam para atender aos kaingang através de contratos temporários.

2.3. Aldeia Linha São Paulo e suas especificidades

A aldeia linha São Paulo está localizada no município de Redentora, RS, e faz divisa com as aldeias do São João do Irapuá, Mato Queimado, Laranjeira, Estiva e a rodovia RS-330.

Figura 2 - Mapa do setor Linha São Paulo, São João do Irapuá e Mato Queimado, com seus limites com outros setores.



Fonte: AMARAL, Argeu Mig, p.9, 2015.

A aldeia Linha São Paulo tem um total de 69 famílias, perfazendo uma população de 240 indígenas, aproximadamente. Segundo dados consultados no posto de saúde da aldeia São João do Irapuá, as comunidades de linha São Paulo, São João do Irapuá e de Mato Queimado, já mencionadas na figura 4, há aproximadamente vinte anos atrás formavam uma só aldeia, conforme os relatos dos anciões. Atualmente não há posto de saúde e nem escola dentro dos limites desta aldeia, portanto estes atendimentos são todos realizados na comunidade do São João do Irapuá. Mas a comunidade também possui outras estruturas e espaços para realizações de eventos em geral na aldeia. Um desses espaços é um campo de futebol, onde são realizados jogos esportivos e práticas culturais; há ainda a igreja para as pessoas que tem a opção de fazer parte dessa cultura ocidental.

A comunidade tem outras formas de organização, procurando atender toda a população sem distinção, sendo que uma destas organizações é a Associação de Revitalização da Cultura Kaingang (ARCK), que procura dar um amparo legal para as comunidades; ali são realizados estudos em relação à educação indígena, estágios de graduandos, práticas culturais, debates sobre a organização social,... Esta associação

também busca investimentos de políticas públicas para as comunidades. Há a aproximadamente quinze anos atrás, a comunidade era monolíngue, pois não tinha influência da língua portuguesa; sendo assim, as crianças começavam a praticar o bilinguismo na escola, muitas vezes sofrendo preconceito dos professores e colegas que dominavam a língua portuguesa, mas hoje a comunidade vem invertendo essa desvalorização da língua kaingang, que vinha sendo pregada para as comunidades em geral. Tal atuação também vem facilitando o trabalho de conscientizar a comunidade da importância do conhecimento dos costumes tradicionais e principalmente da língua kaingang, sempre procurando fazer um trabalho de encontro com os saberes trazidos pelas instituições de educação, mas principalmente valorizando os saberes dos anciões, que são levados como a base de toda educação, tanto a educação indígena kaingang quanto a educação escolar indígena.

3. A Educação escolar na T.I Guarita

A T.I tem onze escolas estaduais distribuídas nas aldeias de comunidades kaingang, e uma na comunidade guarani. A mantenedora é a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS), 21ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Três Passos, noroeste do Rio Grande do Sul (RS). Atualmente a coordenadoria regional é dirigida por Clovis Baraldi Machado.

Para compreender melhor, vejamos a distribuição das escolas nas aldeias da T.I. Guarita na tabela a seguir:

ESCOLAS NAS ALDEIAS DA T.I. GUARITA, KAIGANGS E GUARANI	
<u>ESCOLA</u>	<u>ALDEIA</u>
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Bento Pĩ Góg	Pedra Lisa
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Mukěj	Três Soitas
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jětē Tenh Ribeiro	Km 10
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Cacique Anastácio Fongue	Pau Escrito

Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Rosalino Claudino	Bananeira
Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Antônio Kasin-Mig	São João do Irapuá
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Coronel Geraldino Mineiro	Mato Queimado
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Toldo Campinas	Estiva
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Herculano Joaquim	Laranjeira
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Davi Rĩgo Fernandes	Missão Indígena
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Katiú Gríá	Katiú Gríá
Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Cacique Natalício	Gengibre <i>Aldeia Guarani</i>

Porém, as reflexões a serem apresentadas serão com base em três escolas nas quais os graduandos são docentes.

3.1. A Educação escolar na Aldeia São João do Irapuá

Uma destas instituições de educação é a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Antônio Kasim-Mig. A referência do nome da escola é uma homenagem a um dos primeiros moradores e *kujá* da comunidade do Irapuá.

Figura 3 - Imagem panorâmica da E.E.I.E.M. Antônio Kasin-Mig.



Fonte:-Arquivo da escola Antônio Kasin-Mig.

Esta escola está localizada na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), no município de Redentora, TI Guarita, Aldeia Irapuá. Tem a equipe diretiva composta por uma diretora indígena, três vice-diretoras não indígenas e três coordenadoras pedagógicas; para o ensino médio, o professor é indígena kaingang e para o ensino fundamental e EJA são professoras não índias. Além destes, há ainda dezessete professores (as) indígenas e dez professores (as) não indígenas, além de dois secretários, um índio e um não indígena; há também três merendeiras e quatro ajudantes de serviços gerais indígenas. As modalidades de ensino são o ensino fundamental regular, a educação de jovens e adultos (EJA) e ensino médio politécnico. São aproximadamente 500 alunos. Atualmente as etnias atendidas são o povo indígena Kaingang e indivíduos não indígenas (*fóg*); a língua kaingang é trabalhada desde a educação infantil até a conclusão do ensino médio, e a avaliação é realizada através de parecer descritivo em todos os níveis.

Figura 4 - Brasão da bandeira da escola Antônio Kasin-Mig.

Fonte: Arquivo da escola Antônio Kasin-Mig.

A escola vem procurando ocupar um lugar de destaque dentro da organização social nas comunidades indígenas, buscando dar cada vez mais autonomia para seus professores e alunos. Sendo assim, vem trabalhando através de parceria com os sábios da comunidade, usando a sabedoria tradicional dos anciões como base de uma boa educação, sempre interligando os conhecimentos específicos da cultura com o conhecimento científico, para que os alunos possam absorver todo o usufruto das ambas as partes. Essas atividades são realizadas através de práticas culturais, cada uma delas é realizada em seu devido tempo, pois para cada um desses momentos há uma época pré-determinada de acordo com a sabedoria dos nossos anciões. Um desses exemplos é o cardápio da merenda escolar, que é feito pela equipe de nutricionista da secretaria da educação do Estado. Porém, são feitas adaptações pela escola ser indígena, assim, é realizado o trabalho com as comidas típicas no âmbito escolar, de forma que esta seja uma atividade interdisciplinar, sendo exploradas todas as áreas e níveis do conhecimento, envolvendo toda a comunidade escolar, principalmente os alunos, desde a teoria até a prática.

Figura 5 - Professores e alunos na seleção do fuvá.

Fonte: Arquivo da escola Antonio Kasin-Mig.

A instituição trabalha com outras práticas culturais tradicionais no decorrer do ano, como já citado, cada uma em seu tempo; contudo, a realização dessas práticas vem se tornando muito difícil pelo fato de haver pouca matéria-prima ou por estas não existirem nas proximidades. Assim, há a necessidade de realizar caminhadas longas para achar o produto. A falta de matéria-prima acontece muitas vezes devido ao desmatamento e pelo uso de agrotóxicos nas lavouras, que vêm passando de agricultura de subsistência para uma agricultura de grande escala de lavouras de soja e milho, deixando a agricultura tradicional de lado. A falta de matéria prima ocorre ainda pelo manejo errôneo desses produtos naturais, levando muitas vezes para sua extinção naquele lugar. São vários os aspectos que colaboram para a perda dessas atividades, mas a instituição “escola”, sendo usada de maneira correta, pode ajudar muito para a revitalização e a preservação da nossa cultura. Pois a escola também já destruiu muito da nossa cultura através de sua estrutura e maneira de ensino, nunca levando em consideração a sabedoria do nosso povo. Mas muito devido à autonomia dos professores indígenas, essa realidade tem ficado para trás, pois os docentes vêm buscando sempre priorizar a sabedoria tradicional, passada de geração a geração através da oralidade, sendo que os grandes responsáveis por esta tradição são os sábios das comunidades.

Dessa maneira as escolas têm buscado formas de trazer os conhecimentos tradicionais para suas grades curriculares. A instituição e a comunidade escolar estão sempre buscando abranger todas as práticas tradicionais da nossa cultura através de oficinas, teatro, jogos, marcas tribais, músicas, entre outros. Assim, a escola vem explorando toda essa sabedoria para enriquecer o currículo escolar. Desta forma, a escola vem buscando o seu lugar de protagonismo através de práticas e da reflexão teórica, vem buscando como pensar e fazer a tão falada “educação escolar indígena”. A educação *diferenciada*, muitas vezes acaba sendo trabalhada de forma fragmentada, mas os professores indígenas continuam sempre procurando fazer um trabalho de coletividade entre a sabedoria tradicional indígena e o conhecimento científico.

-Noite cultural: A noite cultural da escola é realizada com o intuito de resgatar e realizar algumas práticas realizadas no período da noite: um exemplo destas práticas são as narrativas infantis (**Ó**), que, baseadas em vários personagens, reais ou imaginários, sempre contém uma moral em todas as narrativas contadas; também são apresentados teatros sobre mitos e lendas kaingang.

Na figura a seguir os alunos e professores estão representando o mito do **KAMË** e **KAJRU** em forma de teatro, contando desde o surgimento do povo Kaingang e os seus adeptos, quais os animais que pertencem à qual metade, entre outras.

Figuras 6 e 7 - Alunos da escola Coronel Geraldino Mineiro, mito do kamë e kajru



Fonte: Arquivo da escola Antônio Kasin-Mig.

Figura 8 - Anciã Santo Kei Claudino contando Ó para alunos e comunidade.



Fonte: Arquivo da escola Antônio Kasin-Mig.

- Integração do dualismo kaingang: jogos tradicionais da cultura kaingang

Figura 9 - Alunos na integração das marcas Kamẽ e Kajru.



Fonte: Arquivo da escola Antônio Kasin-Mig.

- Comidas típicas: fuva, pisé, kajika, pyrféj, ěgoro, kumĩ, tẽnh kykráu, etc.

Figuras 10 e 11 - Alunos no processo do pisé.



Fonte: Arquivo da escola Antônio Kasin-Mi.

3.2. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jětẽ Tenh Ribeiro

Conforme o histórico da escola ao qual tive acesso na mesma, primeiramente esta era denominada de Escola Federal Indígena Clara Camarão com nível de 1º a 4º série do antigo primeiro grau (hoje ensino fundamental). No final da década de 1990, o Estado assume a responsabilidade da educação escolar indígena, passando a ser o gestor maior desta.

Por sugestão da própria comunidade ficou decidido mudar o nome da escola e, no dia 08 de fevereiro do ano de 2002, pelo decreto nº 41.398, foi denominada Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jětẽ Tenh Ribeiro.

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jětẽ Ribeiro, localiza na aldeia Km 10, recebeu este nome para homenagear o senhor Gomercindo J. T. Ribeiro, um dos primeiros moradores Kaingang desta aldeia. A escola funciona somente em turnos diurnos, na modalidade de educação infantil e de ensino fundamental. A escola possui hoje 229 alunos das etnias Kaingang e Guaraní matriculados, dos quais, em média, 60% são falantes fluentes da língua materna, são divididos nos turnos da manhã e da tarde; esta

escola tem um quadro funcional de 21 professores que atuam nas funções de direção, vice-direção, coordenação pedagógica, bibliotecário e em sala de aula; destes, 14 são professores Kaingang. Ainda há um quadro de seis funcionários, todos indígenas, que atuam nas áreas de limpeza, alimentação e secretaria.

A estrutura física da escola é composta por 05 salas de aula, sendo quatro com medidas de 7x7 m divididas ao meio e uma sala maior de 8x6 m também dividida ao meio para poder comportar todas as turmas. Há também uma sala de 7x7 m dividida ao meio, servindo como sala da direção e secretaria e a sala de informática. Ainda, há uma cozinha pequena, banheiros masculino e feminino para os alunos e banheiro coletivo para professores e funcionários, além de uma pequena sala de professores e biblioteca.

Os métodos de avaliações na escola são realizados através de provas e trabalhos (teóricos e práticos), onde o aluno é avaliado como um todo e, posteriormente, são elaborados pareceres descritivos que informam a real situação de conhecimento do aluno.

3.2. Escola Toldo Campinas

Segundo o relato de Dalva Gonzatto, no final da década de 1970, a escola do Toldo Campinas, a primeira escola naquele local, “atendia cinco alunos, todos meninos, nos anos de 1978 ou 1979. Neste tempo o SPI não existia mais”. (Relato de Dalva Gonzatto).

Essa escola era apenas uma casinha com alguns cepos de madeiras, não tinha quadro para escrever, nem mesas. Os alunos escreviam ajoelhados no chão ou o caderno no colo.

Logo depois foi feita uma igreja e ali passaram a funcionar os cultos e as aulas. Por volta de 1980, quem dava as aulas era um professor não indígena. Nesse mesmo ano veio um professor indígena, Jesuíno Emilio.

O nome da Escola Toldo Campinas, foi decidido entre moradores mais antigos, que explicam que o nome se originou com o deslocamento de moradores do setor Campina Velha para a aldeia Estiva e por que também havia sido o primeiro nome da aldeia. A escola envolve muitas vezes a comunidade para realizar projetos escolares como a confecção de artesanato e a realização de feiras de vendas na escola, incentivando as crianças na valorização da cultura Kaingang.

Figura 12 - Foto da escola Toldo Campinas.



Fonte: Arquivo da escola Toldo Campinas.

A metodologia de trabalho nessa escola é interdisciplinar, se trabalha nas várias áreas de ensino a cultura tradicional kaingang, sobre a cosmologia e mitologia, que trazem as histórias sagradas de nossos ancestrais até nos dias de hoje, ou seja, é a busca de conhecimento através do passado. Hoje, nossos alunos sempre estão prontos para acompanhar quando se fala em coletar matéria prima na mata, onde apreendem observando os mais velhos a manejar a taquara e o cipó para o artesanato.

Figuras 13 e 14 - Alunos, pais e mães na coleta da matéria-prima.



Fonte: Arquivo da escola.

O processo de aprendizagem acontece na transmissão de conhecimentos entre professores, alunos e comunidade. As mães indígenas vão até a escola aprender e ensinar seus filhos e demais alunos na arte de trabalhar as várias maneiras da construção do saber kaingang; essas mães não recebem nem um tipo de remuneração por este trabalho, mas é para não deixar morrer essas memórias, que são passadas de geração em geração. Então, desde a coleta da matéria-prima na mata até a confecção do artesanato e a sua venda são elas que conduzem os trabalhos junto com as crianças na escola.

Esses artesanatos são comercializados em uma feira organizada pela escola e por alunos e mães, e eles são responsáveis pela sua banca, e o dinheiro adquirido com as vendas é de cada artesão. Os trabalhos são feitos através da oralidade e as crianças aprendem observando com o olhar atento a cada grafismo que se desenha nas cestarias e demais artesanatos. Através das memórias e dos saberes adquiridos e transmitidos de geração em geração, o conhecimento não se perderá. Pois esse é o objetivo da escola, desenvolver as práticas e ampliar valores dentro e fora do ambiente escolar.

Figura 15 - Feira de artesanato da escola Toldo Campinas.



Fonte: Arquivo da escola Toldo Campinas.

4. Mitologia Indígena na Escola Gomercindo Jêê Tenh Ribeiro

O povo Kaingang, embora disperso no seu território tradicional, reconhece e mantém um sistema de práticas, crenças e rituais comuns entre as diversas comunidades e aldeias, compartilhando entre si estas práticas acerca de suas experiências de vida e rituais conhecidos pelos *fóg* (não índio) como mitos. Demos como exemplo o intenso e profundo respeito aos mortos e o apego às suas terras onde estão enterrados seus umbigos, que expressam o valor e a necessidade de manter esta estrutura cultural viva.

O mito faz parte do cotidiano da vida do povo Kaingang. Hoje se sabe que uma história, para um determinado povo, pode ser uma mentira ou algo inventado, enquanto que para outro povo, esta mesma história é algo tão vivo e verdadeiro dentro de sua cultura. Então vejamos que cada povo, dentro de sua cultura, de sua história, define o que pode ser mito.

Sabemos que para o povo Kaingang, até mesmo histórias do passado, que já foram consideradas como mito, hoje são exemplos vivos do modo de vida desse povo.

Hoje, eu, Marcos Maurício, sou professor nas séries iniciais do ensino fundamental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Gomercindo Jêê Tenh Ribeiro, na aldeia Km 10 na Terra Indígena Guarita. Nunca parei para pensar na abrangência deste tema e que o mesmo pode ser trabalhado como um tema transversal junto com as demais áreas do conhecimento

na escola onde atuo. Percebo isto somente agora, depois de participar dos vários debates em sala de aula com colegas e professores da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica e com colegas de trabalho na aldeia; entendendo, assim, a amplitude desse tema.

Como proposta de trabalho da licenciatura em tempo comunidade, chego hoje, em minha aldeia, e vou primeiramente conversar com minha avó, Francisca Amaro Sales, anciã da aldeia com 101 anos de idade, para procurar saber qual o ponto de vista dela em relação a estas abordagens na comunidade. Diz ela que tudo o que existe tem um propósito, nos auxilia e ensina alguma coisa, basta sabermos olhar e retirar de cada momento, o valor de cada história, para levarmos estas aprendizagens e como exemplo para nossas vidas.

Em um segundo momento, em conversa com a direção da escola onde trabalho, na aldeia Km 10, percebo que este tema é direcionado ao plano de curso das disciplinas de “Língua Kaingang” e “Valores Culturais”, direcionando assim a responsabilidade aos professores destas disciplinas de saber ou de buscar conhecimentos sobre o tema.

Em seguida procurei o professor kaingang Márcio Joaquim, que atua nas disciplinas de “Língua Kaingang” e de “Valores Kaingang”. na escola Gomercindo Jêthê Tenh Ribeiro. Este começa sua fala retratando a importância de manter vivos os valores da nossa cultura. Diz que o mito não pode ser visto como algo a parte e sim um complemento do cotidiano da vida do povo Kaingang. Continua falando de sua metodologia de trabalho com as séries iniciais e séries finais do ensino fundamental. Nas séries iniciais é trabalhado, mais com história contadas, imagens e outros métodos que desenvolvam mais a oralidade e estimule o raciocínio e questionamentos da criança enquanto que nas séries finais do ensino fundamental se trabalha bastante a teoria, como, escrita de textos, transcrição dos “ó”, em português e em língua Kaingang, pesquisas, alfabeto e vogais kaingang, leituras e interpretações de vários tipos de textos e palestras sobre os “ó”, comidas típicas e pecados alimentares, vestimenta kaingang, casamentos kaingang, famílias kaingang, épocas de plantio, épocas de colheitas e retirada da matéria prima para confecção de artesanatos e ainda jogos kaingang.

Geralmente estes trabalhos são socializados com todo o quadro escolar nas reuniões pedagógicas e nos dias organizados para evento como a noite cultural, feiras e demais eventos organizados especialmente para estas ocasiões.

Trago aqui um exemplo de texto trabalhado pelo professor Marcio Joaquim, que é um “ó” (história infantil que sempre ensina algo) transcrito por ele mesmo.

Ó TÓ

Mĩgvỹãkrénhtĩmũ, hãratỹ, jẽmũjẽ ki junmũ. Kỹ ti vỹ, jẽmũjẽkojkemũ.

Jẽmũjẽvỹ, mĩgtỹ ti kotũgję.

-Ë mỹsỹ, inhkũparekẽmepénvertĩgké!

-Kỹmĩgvỹ, hẽrkenkỹkemũ?

Jẽmũjẽvỹmĩgmỹ, vãnh ser kanỹhannĩkemũ!

Kỹmĩgvỹ, hejké...!

-Ragartuvỹ, mĩgmỹ, ã krisỹmẽn̄fototortỹkri-krikejmũkemũ! Kỹ ã tỹ ter kanỹvenĩjkemũ, mĩgmỹ!

Kỹvỹhejké, mĩg ti!

Ragartuvỹkẽme ki junmũ ser.

-Kũparemĩg ne ter janĩkemũ!

-Kẽmetỹ, hẽtáke?!

-Jẽmũjẽ ti vỹ, tãntãem̄nfyr tá ké!

Kẽmevỹ ã ón vã ké!

-Jẽmũjẽtóg, kẽmemỹ.

Kũmpare ã mã ti vejke, kẽmemỹ!

-Kẽmetỹhánkemũ!

-Hãrajẽmũjẽtỹ, ter kanỹ ti kemũ, kẽmemỹ!

Kẽmetỹmũn ti vejkekeỹké!

Ag tỹmĩg tá junkỹ, jẽmũjẽvỹ, kẽmemỹ, ha ti venhnĩgkemũ!

Kẽmetỹhán, inhkãgmĩjatỹmũké!

Tũnĩketógmũjẽmũjẽ ti!

-Kẽmetỹ, sỹ ti ter kanỹvejkekeỹkemũKỹkẽmetỹhũm-hũmtén-ténkemũ.

Hãramĩgvỹ, vãnhnygnỹ....

Kẽmevỹ, krenkỹtĩmũ ser; jẽmũjẽ ti keggé:

Kỹmĩgtỹ ne kotũnũ ser.

5. Considerações Finais

Esperamos com este trabalho, levar ao leitor um pouco da realidade da T.I. Guarita e as especificidades de algumas aldeias desta. Pois o povo Kaingang possui um sistema de vida próprio, que transmite conhecimentos e saberes através de gerações. Considerando hoje os inúmeros problemas e dificuldades enfrentadas por nossos antepassados e por nossa própria geração, podemos afirmar que, a cultura kaingang ainda permanece viva, pois somos membros desse povo, que, para garantir sua sobrevivência como um povo étnico, linguístico e cultural, vem com os anos se adaptando aos módulos e sistemas implantados para a sociedade em geral deixando evidente, que, embora muitas práticas e costumes de outros povos tenham sido incorporados ao nosso sistema de vida, mantemos viva nossa língua materna, costumes e práticas de nosso povo.

Sobre os Autores

Sou **Marlei A. Bento**, do povo kaingang, da metade **KAJRÚ**, moro na Terra Indígena Guarita, mais especificamente na aldeia Linha São Paulo. Sou professora efetiva do Estado do Rio Grande do Sul, e trabalho na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Antônio Kasin-Mig.

Sou **Osmar Mauricio Sales**, tenho 32 anos, sou casado, tenho três filhos, sou professor concursado no Estado do RS, trabalho na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jêtê Tenh Ribeiro com as séries iniciais do ensino fundamental. Também atuo como organizador na educação escolar indígena na Comissão de Educação criada em minha Terra Indígena (T.I.) Não tenho nome indígena, também não sou falante da língua materna de meu povo. Sou do povo Kaingang. Nasci na T.I. Guarita, na comunidade Km 10 onde resido até hoje, a aldeia Km 10 pertence ao município de Tenente Portela e está localizada entre os municípios de Tenente Portela e Miraguaí, há aproximadamente 10 quilômetros entre uma cidade e outra; hoje esta aldeia é a sede da T.I. Guarita. Minha trajetória de estudante, se deu desde os meus cinco anos de idade na Escola Clara Camarão (hoje E.E.I.E.F. Gomercindo Jêtê Tenh Ribeiro), na comunidade onde resido. Depois disso estudei somente em escolas de fora da aldeia até concluir o ensino fundamental e médio.

Ingressei na universidade neste ano de 2016 na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Meu nome é **Elaine Mĩnká Daniel Sales**, moro na aldeia Estiva, no município de Redentora, na Região noroeste do RS. Estiva é uma das aldeias kaingang da T.I. Guarita. Sou falante da língua indígena e pertencço à etnia kaingang; sou da metade tribal **KAJRÚ**, *rá ror* (redondo).

Sou professora Bilíngue e trabalho com as séries iniciais do ensino fundamental na escola da aldeia. O nome da minha escola é E.E.I E.F. Toldo Campinas.

Sou **Marcos Amaral**, meu nome na língua kaingang é Pónh, tenho 27 anos sou pertencente da metade exogâmica **KAMĚ** e sou professor das series iniciais na escola estadual indígena de ensino médio Antônio Kasin-Mig; pertencço ao povo indígena Kaingang da Terra Indígena (T.I) Guarita. Eu resido num desses setores já citado, o qual é a Linha São Paulo que faz divisa com as aldeias de São João do Irapuá, Mato Queimado, Laranjeira, Estiva e com a Rodovia RS-330. A aldeia onde resido atualmente tem aproximadamente 60 famílias que na sua grande maioria são falantes da língua kaingang. Isso possibilita as práticas culturais e a sua realização com mais frequência, pois temos sábios que são uma fonte do saber cultural que bebemos dela para nosso dia-dia, em consequência disso torna-se mais fácil realizar trabalhos culturais nas escolas.

6. Referências bibliográficas

Fontes

Associação de Revitalização da Cultura Kaingang (ARCK)

Arquivo da escola Toldo Campinas

Arquivo da escola Antônio Kasin-Mi

FUNAI CTL (Coordenação de Trabalho Local, Miraguaí, RS)

Laboratório de Geoprocessamento e Análise Territorial, UNIJUÍ, 2004.

Relato de Dalva Gonzatto.

Relato de Joana Emilio.

“ó” – História infantil. Transcrita pelo professor kaingang Marcio Joaquim.

Bibliografia

AMARAL, Argeu Mig. *Conhecimento e uso de plantas pelos Kaingang na Terra Indígena Guarita, RS*. TCC/LII, 2015.

ROSA, Arão. *A língua Kaingang na educação infantil da escola Gomercindo Jêê Tenh Ribeiro da Terra Indígena Guarita*. TCC/LII, 2015.

Histórico da Terra Indígena Votouro

Joel de Oliveira

Resumo

No texto a seguir vou falar sobre a Terra Indígena Votouro, onde eu moro e onde estudei até os 18 anos. Também vou falar da retomada da Terra Indígena Ventarra Alta e ainda sobre o estudo da mitologia nas escolas da Terra Indígena Votouro.

Palavras-chave: Escola, Ancião, Terra, Cultura Kaingang e Indígena.

1. Terra Indígena Votouro

A Terra Indígena Votouro está localizada na região norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS), no município de Benjamin Constant do Sul (RS). A extensão territorial desta é de aproximadamente 3.041 hectares segundo dados coletados no Site da FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Vivem nessa comunidade 297 famílias, que somam um total de 1.220 pessoas, conforme consta no cadastro de 2016 da SESAI – Secretaria Especial da Saúde Indígena.

Existem nessa comunidade duas escolas estaduais, uma de ensino médio e outra de ensino fundamental. A escola de ensino médio, denominada Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Toldo Coroadado, tem seu currículo próprio, onde estudam 323 alunos, sendo 202 no ensino fundamental, 67 no ensino médio e 54 no EJA – Educação de Jovens e Adultos. Atua nessa escola uma diretoria não indígena, dois vice-diretores indígenas e 22 professores; destes, três não são indígenas. Há ainda duas merendeiras, duas serventes e um secretário, todos indígenas.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria da Silva está localizada no interior da comunidade na linha Campinas, essa também com currículo próprio, onde estudam 29 alunos do 1º ao 5º ano; nove estudam no 1º e 2º ano e vinte no 3º e no 4º ano. Atuam nesta escola uma diretora não indígena, três professores indígenas, e ainda uma merendeira e uma servente.

Temos também uma unidade básica de saúde, onde trabalham quinze funcionários, sendo uma enfermeira, um técnico de enfermagem, dois dentistas e um médico; estes últimos, não indígenas. Temos também os funcionários indígenas que são dois técnicos de enfermagem, um ACD – Auxiliar de Consultório Dentário, dois AISAN – Agente Indígena de Saneamento, e cinco AIS – Agente Indígena de Saúde. Temos ainda um posto da FUNAI onde trabalham dois funcionários indígenas. Outros indígenas de Votouro trabalham em vários frigoríficos da região, como nas cidades de Chapecó (SC) e Erechim (RS). Alguns kaingang trabalham na agricultura na própria comunidade indígena.

Sempre morei nessa comunidade, onde 80% dos indígenas são falantes da língua kaingang. Mas quando comecei a estudar, 99% falavam a língua kaingang, tanto é que quando meu pai me matriculou em uma escola da comunidade chamada Escola Federal José de Anchieta, eu não sabia falar o português, e essa dificuldade de comunicação causou a minha desistência já no primeiro dia de aula, pois mesmo o professor sendo indígena, ele

tentava se comunicar em português comigo, e eu lembro que chorava muito, pois só tinha sete anos de idade. E nesse mesmo dia meu pai foi me buscar na escola e falou para mim que eu iria voltar para escola no ano seguinte quando eu aprendesse a falar alguma palavra em português. Então no ano seguinte voltei para a escola, pois já tinha oito anos e foram comigo dois primos; só assim consegui iniciar meus estudos.

Então foi nessa escola que aprendi a falar o português, também estudei quatro anos e quando passei para a 5ª série fui estudar numa escola não indígena nessa mesma comunidade. Mas estavam lá só os não indígenas que moravam e estudavam ali, e no ano seguinte, os indígenas pediram ampliação e conseguiram parte de suas terras e então a escola tornou-se indígena, que é a atual Escola de Ensino Médio que temos em nossa comunidade. Estudei até a metade da 7ª série e depois desisti, ficando três anos sem estudar. Em 1997 voltei a estudar e no fim de 1998, terminei o ensino fundamental.

E no período de 2001 a 2005, cursei o magistério específico para os kaingang em nível médio, ministrado pela Universidade de Passo Fundo. E após esse período fiquei tempo sem estudar; foi então que no ano passado abriram as inscrições para o vestibular com quinze vagas para os kaingang, mas fiquei em 16º na classificação, e, com a desistência de um candidato, consegui a última vaga para o curso de Licenciatura Intercultural oferecido pela UFSC. E nesse pouco tempo que estou estudando, já vejo mudanças, pois penso diferente em relação à minha comunidade e à situação dos povos indígenas do Brasil e principalmente os da região Sul. E tenho certeza de que a Licenciatura vai contribuir muito para que eu possa ajudar minha comunidade após concluir o curso.

1.1. História da língua portuguesa na aldeia

Ao longo dos anos os indígenas do Rio Grande do Sul viveram em paz em suas terras, conforme a sua cultura e seus costumes. Porém, a partir do contato com o não indígena houve mudanças, pois os não indígenas trouxeram para dentro das terras kaingang várias coisas que não fazem parte da nossa cultura, como por exemplo, a escola, a língua portuguesa, as suas leis e regras em prol da chamada evolução, e em parte, isso tem sido prejudicial para os povos indígenas, principalmente para o povo Kaingang que se concentra na região Sul.

Segundo o ancião Batista de Oliveira, indígena kaingang natural da Terra Indígena Ventara Alta, localizada no município de Erebangó, RS, a escola foi implantada nessa mesma Terra Indígena por volta do ano de 1959 pelo governador da época, Leonel Brizola, com a

intenção de alfabetizar os indígenas, pois nesse tempo havia muita dificuldade de comunicação. Mas o objetivo não era este, tanto que, com o passar do tempo, começaram a reduzir o espaço deles e a escola foi uma das armas para a redução dessas terras, diz o ancião Batista de Oliveira.

Nessa mesma época ou um pouco antes, os indígenas viviam sem esse contato direto com os não indígenas e o com governo, pois estavam, “sob a proteção do SPI – Sistema de Proteção ao Índio”. E quem ditava as ordens nessa época eram os chamados chefes, alguns deles como: Nei Mesquita, Cavur Boatão, Gregório e seus capatazes, também indígenas: Antônio Reis, Batista de Paula e o Juvêncio de Paula.

Esses indígenas receberam essas funções, pois os chefes que não eram kaingangs enfrentaram resistência por parte da maioria dos indígenas. Essa resistência aconteceu na tentativa de manter a cultura e a língua kaingang vivas, pois os mesmos eram obrigados a falar a segunda língua, ou seja, a língua portuguesa. Segundo o ancião Batista de Oliveira de 87 anos, em uma entrevista que fiz com ele, os indígenas eram obrigados a falar o português para deixarem de serem índios; esse era o objetivo da escola, dos chefes, do SPI e principalmente do governo: por isso tentavam impor-nos medo para ficar com as nossas terras e assim conseguiram, por um certo tempo, diz o ancião.

E essa resistência trouxe muito sofrimento para esse povo, pois quando tentavam defender seus direitos sofriam várias punições, como: raspar a cabeça, ficar sem refeição, ficar presos em cadeias, etc.

E com toda essa imposição o governo da época ganhou força, pois já havia construído uma escola sem o consentimento dos indígenas, e então percebeu que os mesmos estavam impotentes para se defender e começou a lotear suas terras. E em 1963 o governo e o SPI se organizaram e transferiram, ou seja, expulsaram essas famílias de sua terra, colocando-os em caminhões e levando-os para Terra Indígena Votouro, que está localizada no município de Benjamin Constant do Sul (RS), na região norte do Estado, onde até hoje vivem o ancião Batista de Oliveira e algumas daquelas famílias. O ancião Batista foi um dos indígenas que deu seu depoimento na época da retomada e hoje é o mesmo que conta como isso aconteceu para o seu povo.

2. A escola como aliada na retomada da terra

Mais tarde, os kaingang da terra indígena Votouro começaram o processo de retomada da Terra Indígena Ventara Alta, e uma das formas de provar que eram terras indígenas foi justamente a existência da escola, pois uma vez que foi usada como forma de acabar com os indígenas, anos depois esta foi usada para provar que lá viviam os kaingang, uma vez que os registros de matrículas dos alunos que ainda estavam arquivados lá, foram anexados ao laudo antropológico. Em depoimento, o ancião Batista de Oliveira, fala que mesmo com todas essas provas, os agricultores tentaram expulsar novamente essas famílias, fazendo liminar para as terras onde os indígenas estavam acampados. Então houve enfrentamento com a polícia e vários indígenas responderam processos, até que conseguiram apoio dos caciques das terras indígenas do Ligeiro e do Carreteiro, e nesse mesmo ano tomaram posse de suas terras, pois os caciques dessas terras trouxeram tratores e plantadeiras e começaram a plantar trigo e assim o movimento foi ganhando força até reconquistar sua terra de volta. E após muita luta conseguiram também junto à coordenadoria regional de educação um professor para dar aula para os alunos indígenas em uma sala da escola local não indígena. Isto trouxe resistência por parte dos não indígenas, mas como era uma escola pública, o Ministério Público deu parecer favorável aos indígenas.

Então depois de muita luta foi esta área reconhecida como Terra Indígena pelo presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, e em meio a comemorações, foi eleito por unanimidade o primeiro cacique pós-retomada, o Senhor Luiz de Oliveira. E depois dessa grande conquista o ancião Batista de Oliveira, que ajudou na retomada, e mais algumas famílias voltaram para Votouro onde vivem até hoje, pois haviam cumprido sua missão.

Então essa luta dos kaingang com o não indígena durou décadas, porém através da resistência dos mesmos, hoje podemos dizer que somos vitoriosos, pois a chamada evolução ou progresso de que falavam na época não atingiu seus objetivos, e a cada dia que passa, estamos lutando pra demarcar nossos territórios e fazer com que nossos direitos sejam reconhecidos.

3. Mito do Ouro Terra Indígena Votouro

Na Terra Indígena Votouro há um rio chamado Votouro, onde os mais velhos da comunidade contam que existe um caixão cheio de ouro. Várias vezes jovens da comunidade

tentaram tirar esse caixão de ouro, mas quando eles chegavam perto, surgia de dentro desse rio uma grande cobra e ficava em cima do caixão, não deixando eles chegarem perto, e então esses jovens voltavam pra casa sempre sem o ouro.

Até que um dia esses jovens foram consultar os mais velhos que tinham passado essas informações, e os mais velhos falaram pra eles que a cobra era só um encantamento e que eles não deveriam ter medo, só assim eles poderiam tirar esse caixão de ouro.

VOTOR KI OURO KÃME

Inh jamã tá goj ũ vỹ sa, ti jiji vỹ Votor ke tĩ, kỹ kejẽn kófa ag tóg kyrũ ag mỹ goj tag kãki ouro ta nĩ kemũ, kỹ ag tóg ser kejẽn kunũnh sór mũ, kỹ ag ra mũ mỹr goj kãtá pỹn mag fi vỹ kutẽ kỹ caixão kri nĩmũ, kỹ ag tóg ser ag ãn ra ouro tag kunũg mẽ kagá ser .

Hãra ag tóg ser kófa ag mỹ ěg hẽrej ke mũ ser, mỹr kófa ag hã ta ag mỹ tó já vẽ ham, kỹ kófa ag tóg ser ag mỹ mũmĩgmẽg tũg nĩ kemũ, jo ãjag pi kejẽn ouro tag kunũj ke mũ.

4. Conclusão

Eu consegui aprender muitas coisas sobre o que aconteceu com os nossos antepassados através dessa entrevista que fiz, e gostaria de escrever mais sobre as retomadas das terras indígenas da região Sul, pois acredito que os povos indígenas estão sofrendo muito nessas retomadas e nossos direitos não estão sendo reconhecidos pelos governos e demais autoridades. Gostaria de escrever mais sobre a implantação das primeiras escolas nas terras indígenas do Rio Grande do Sul. E quanto ao levantamento que fiz em minha comunidade, este foi muito bom, pois fiquei sabendo de muitas coisas que eu não sabia sobre minha comunidade, como por exemplo o número de habitantes e de famílias que existem e também o número de funcionários públicos que trabalham nesta comunidade indígena.

5. Referências Bibliográficas

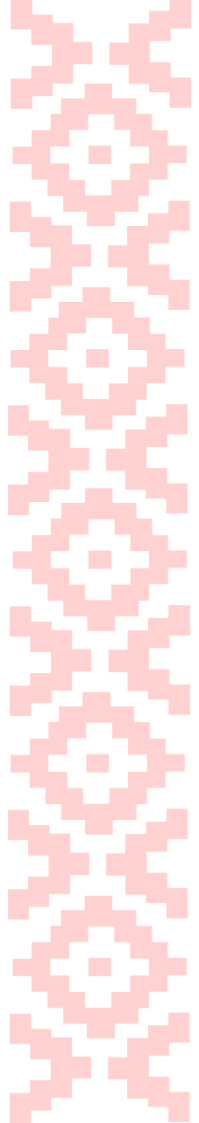
Arquivo da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Toldo Coroadó

Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria da Silva

Depoimento do ancião Batista de Oliveira

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

SESAI – Secretaria Especial da Saúde Indígena



Minha trajetória

Adélio Pinto

Resumo

Os fatos decorrentes no presente memorial descritivo relatam não só a trajetória da minha formação escolar, mas constituem-se em uma síntese dos momentos marcantes de toda a minha história familiar e pessoal. A cronologia dos fatos inicia-se na aldeia indígena Iraí, Toldo Rio do Mel, no município de Iraí, Rio Grande do Sul, com a união de meus pais. Após a data de meu nascimento, houve vários acontecimentos dentro e fora da escola. Os relatos foram tomando forma naturalmente, a medida em que as recordações se renovavam em minha memória.

As últimas considerações contextualizam o momento atual, agora com trinta e um anos de idade, casado, pai de cinco filhos e cursando o curso de Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

1. Minha aldeia – Passo dos Índios



No dia 07 de agosto de 2005, chegamos ao município de Lajeado do Bugre, RS, com oito famílias. Viemos então a nos estabelecer em um pequeno terreno cedido pela prefeitura. Ainda neste mesmo lugar foi formado o primeiro quadro de lideranças, o primeiro cacique da Aldeia Passo dos Índios foi Tiago da Silva e atualmente o cacique é o meu pai, Aldo Pinto. Passado um ano, recebemos um aviso para desocupar o local, mas, como o povo kaingang nunca deixa do lugar onde foram enterrados os umbigos das crianças, com o meu povo não foi diferente.

Então reunimos o nosso povo para tratarmos de outra forma para podermos permanecer neste lugar. Veio então a ideia, com a qual todos concordaram, de comprar um terreno em conjunto; então fizemos um contrato de compra e venda com o proprietário de um terreno de 1,8 hectares. Durante esse meio tempo, meus estudos ficaram paralisados, e só retornei aos estudos no ano de 2012.

No começo fomos criticados pelas lideranças de outras aldeias, pela nossa atitude, mas a compra deste terreno foi uma estratégia para que o nosso povo não sofresse uma ação de reintegração de posse.

Atualmente a extensão total da minha aldeia é de aproximadamente oito hectares. Nos dias 13 a 27 do mês de setembro de 2010, foram feitos os trabalhos de campo pelo

GT/FUNAI, sendo que a portaria saiu alguns dias antes. Agora estamos aguardando a FUNAI constituir outro GT, para a identificação e a delimitação, com a realização dos estudos necessários para que o relatório circunstanciado seja concluído. (Dados coletados na CTL coordenação técnica local – FUNAI de Iraí-RS).

A aldeia de nome Passo dos Índios pertence ao município de Lajeado do Bugre-RS, onde moram vinte e duas famílias, no total de noventa e sete pessoas. O quadro de lideranças indígenas da aldeia é composto por dez pessoas: cacique, capitão, sargento, cabo e seis policias. A comunidade continua sobrevivendo de artesanatos, pequenas hortas e da criação de pequenos animais.



Na minha aldeia todos são livres para frequentar qualquer denominação evangélica, mas sem deixar de praticar seus costumes tradicionais. A infraestrutura física da aldeia é composta por uma unidade de saúde, a escola, igreja evangélica, pavilhão da igreja, pavilhão comunitário e um aviário para a produção de frango de corte para o próprio consumo da comunidade.

2. Elaboração dos Artesanatos



Geralmente o povo Kaingang trabalha em coletividade nas suas aldeias, até mesmo na elaboração dos artesanatos, sempre é vista a prática da ajuda mútua, é uma reciprocidade generosa em favor do coletivo. Na minha aldeia não é diferente, normalmente a busca de materiais fica por conta dos homens da aldeia, ou seja, só os homens que vão à busca da matéria- prima para a elaboração dos artesanatos; porém, atualmente a matéria- prima é muito escassa e os homens muitas vezes vão distante da aldeia em busca destes materiais. Depois que os homens trazem os materiais como a taquara e o cipó, a preparação e a confecção das cestarias ficam por conta das mulheres.

A confecção das cestarias e outros artesanatos são para uso doméstico do meu povo, mas também para a venda; estes objetos apresentam uma grande variedade de formas, tamanhos e cores, sendo que os mais comuns são os cestos de fundo circular, feitos com vários tipos de taquaras, como o taquaruçu, o bambu e a taquara mansa. Existem também os cestos confeccionados com fibras de cipó Guaimbê.

3. Escola da Aldeia Passo dos Índios



O nome da escola é Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Antônio Rusi. A escola possui três salas de aulas, cozinha, biblioteca e sala de secretaria; o pátio da escola é descoberto e possui uma área verde. Na escola há quarenta e um alunos matriculados, nas modalidades de ensino fundamental, educação infantil e educação de jovens e adultos (EJA). Na escola trabalham sete funcionários, sendo dois professores indígenas e dois não indígenas, uma diretora, uma secretária, uma assistente de biblioteca e uma merendeira indígena.

Na avaliação docente o aluno é avaliado pelo parecer descritivo e o Plano Político Pedagógico (PPP) está em construção junto com a comunidade. A seleção de professores é feita pela carta de docência do cacique e a mantenedora da escola é a vigésima coordenadoria regional de educação (20º CRE). O nome da escola é uma homenagem ao meu avô Antônio Pinto Rusi, de oitenta e quatro anos de idade.

4. Mitologia Kaingang na Aldeia Passo dos Índios



Efetivamente, ainda hoje o povo Kaingang, além de um registro mitológico comum, compartilha crenças e práticas acerca de suas experiências rituais: o profundo respeito aos mortos e o apego às terras onde estão enterrados seus umbigos são expressões incontestáveis do valor estruturante da cosmologia para o povo Kaingang. Poucos são os estudos que se dedicam exclusivamente à análise dos mitos kaingang. Há, no entanto, referências recorrentes aos mitos coletados por Borba (1882) e Nimuendajú (1913). O primeiro registro da mitologia kaingang foi publicado por Telêmaco Borba, que publicou, em 1882, o mito de origem do povo Kaingang e o mito da origem do milho. Curt Nimuendajú (1913) foi o primeiro a afirmar que os Kaingang estão articulados através do reconhecimento de um sistema de metades, a divisão nas metades *kamé* e *kajru*. (fonte: pib.socioambiental.org)

O tema “mitologia kaingang” não é trabalhado só na sala de aula, mas sim também nas famílias, porque uma criança kaingang, antes mesmo de estudar em uma sala de aula, já aprende com seus avós ou com pessoas mais velhas, o *ó*, o *vême*, o *kovãnh*, o *vãnhpākár*, o *kāme* e o *vãnga*, que são narrativas que ensinam às crianças, tendo tudo isso uma moral.

Por exemplo, o *vãnhpākár* é um canto ritual, uma preparação que um guerreiro kaingang faz antes de ir a uma guerra. O *kovãnh* representa restrições alimentares que as crianças e jovens aprendem com a família. O *ó* e o *kāme* são narrativas que os mais velhos contam para as crianças; geralmente aquele que conta o *ó* pede a todos que irão escutar o *ó*, que estejam deitados, ou seja, o *ó* é só contado à noite. As metades *kamé* e *kajru* são um dos

costumes e tradições que o meu povo preserva muito; os jovens desde cedo já aprendem à qual metade pertencem, para não se casarem com quem é da mesma marca, porque pessoas da mesma marca são consideradas como irmãos, e até hoje tudo isso é preservado na minha aldeia.

5. A Língua Portuguesa nas Aldeias



Cada cultura indígena teve sua própria forma de pensar e de apreender o mundo, mas todas elas têm em comum o modo de viver. Segundo meu avô Antônio Rusi Pinto, de oitenta e quatro anos de idade, natural de T.I Guarita, os Kaingangues se mudavam todos os anos de um lugar para outro, dentro do seu território. Geralmente os deslocamentos se davam mediante a disponibilização de recursos naturais como por exemplo a caça, a pesca, a coleta de mel e de matérias-primas para elaboração dos artesanatos. Porém, com a colonização e a chegada dos não indígenas, o território por nós utilizado foi reduzido, e com o desmatamento, os *fóg* transformaram as matas em áreas de lavouras.

Uma das estratégias de sobrevivência do povo Kaingang foram adaptação e a adequação ao avanço da sociedade brasileira sobre o território indígena, portanto, aprender a falar a língua portuguesa para o povo Kaingang, além de ser uma estratégia política, foi também uma forma de se comunicar com o não indígena.

Meu avô disse também que quando ele tinha oito anos de idade, a língua portuguesa era falada por poucos indígenas, apenas as lideranças se comunicavam com os *fóg*, pois eram só eles que tratavam dos assuntos da aldeia. Ele disse também que nessa época já havia

escola dentro da área indígena que ele morava, mas estudar para as crianças de nossa aldeia na época não era uma obrigação como nos dias atuais.

Atualmente nas áreas indígenas o uso da língua portuguesa é diferente, pois a mesma já não é mais considerada como língua estrangeira, uma vez que dentro das salas de aula, os alunos indígenas, estão cada vez mais se aperfeiçoando na escrita e na fala da língua portuguesa, para através do conhecimento, se atualizarem cada vez mais na realidade e atualidade dos dias de hoje, porém não deixando de ser o que são, e sim, preservando a cultura do seu povo Kaingang.

6. Minha Trajetória Até A Universidade

6.1. O início

No começo da década de 1980 os jovens Aldo Pinto e Maria da Silva residiam na aldeia indígena de Iraí, Toldo rio do mel no município de Iraí – RS. Jovens recém-casados, trabalhavam somente com vendas de artesanatos, enfrentavam dificuldades para manter a família, e eu fui o primeiro dos seis filhos do casal. Nessa época não havia gás, energia elétrica e nem água encanada, moravam, segundo minha mãe, em uma casinha de pau a pique coberta com folhas de coqueiro às margens do Rio do Mel. Não havia escola dentro da aldeia, nem tampouco posto de saúde. Foi nesse contexto que, aos 14 de dezembro de 1984 na cidade de Iraí – RS começou minha história de vida. Vivi toda minha infância nessa aldeia, juntamente com meus pais e minha avó, Erondina Vicente.

Cito o nome da minha avó propositalmente, pois era uma segunda mãe para min, e foi uma pessoa participativa também na minha vida pessoal. Não há como esquecer-me das histórias que ela contava! Além de tudo, ela continua viva em minha memória, me lembro de quando íamos, eu e ela, vender os artesanatos; naquele tempo tudo se transformava em diversão. Isso tudo me faz lembrar minha infância e adolescência não como um tempo difícil, mas como um tempo de boas lembranças. Porém, me lembro também que, com a precariedade da saúde indígena da época, meus pais perderam três de seus seis filhos.

Em outubro de 1993, a Terra Indígena de Iraí, Toldo Rio do Mel foi demarcada e homologada, o título foi registrado no registro de imóveis de Iraí – RS em março de 1994, e no SPU em abril de 1994; a extensão da área demarcada é de 279,98 hectares. (www.portalkaingang.org/index - Iraí.htm).

6.2. Aprendendo a Cultura Tradicional

A minha família sempre trabalhou unida na elaboração dos artesanatos. Desde criança eu já acompanhava os meus pais e avós na lida do dia-a-dia. Foi nessa convivência que aprendi costumes, valores, habilidades e relações que os Kaingang construíram, tanto dentro como fora da aldeia. Desde cedo então, iniciou-se na minha vida a prática da ajuda mútua, era uma reciprocidade generosa em favor do coletivo.

Dependendo da distância e da época do ano, as viagens para a comercialização eram frequentes ou prolongadas, ou eram mais curtas. Mesmo para áreas rurais ou para áreas urbanas, os meus pais levavam toda a família, ou parte dela. Os períodos que os meus pais mais saíam para a comercialização eram na época da Páscoa e no Natal.

6.3. Ensino Fundamental - 1º a 4º série

Minha vida escolar começou quando meus pais me matricularam em uma escola municipal de nome Padre Jose Borghetti, na cidade de Iraí- RS, de onde tenho ótimas lembranças, principalmente da época de minha alfabetização. Esta escola estava dentro da terra demarcada, no entanto, era uma escola de não indígenas. Contudo, depois da demarcação da terra, todas as crianças indígenas foram matriculadas naquela escola; as minhas primeiras professoras nessa escola foram Maria Soeli Gonsalves e Maryjara Mazzocato Dazzi. A professora Maria Soeli Gonsalves hoje é diretora da Escola Estadual Indígena *Nãnga* da área indígena de Iraí- RS, e a professora Maryjara Mazzocato Dazzi é coordenadora técnica da FUNAI, na mesma aldeia.

No ano de 1996 foi aprovada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul a construção de uma escola para a área indígena de Iraí- RS, na qual foi posto o nome de Escola Estadual Indígena *Nãnga*. Então todos nós alunos que estudávamos na escola municipal Padre Jose Borghetti, fomos transferidos para a nova escola, e a escola municipal foi desativada. O primeiro indígena que atuou como professor foi Raul Antônio; ele foi o meu primeiro professor de kaingang, isso no ano de 1998. Permaneci estudando na escola *Nãnga* até meus quinze anos de idade, desistindo logo depois, pois casei, tive um filho com a primeira esposa com quem vivi por nove meses, e depois desse tempo nós nos separamos e fui morar na aldeia indígena Rio dos Índios no município de Vicente Dutra-RS. (Dados pesquisados na secretaria da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental *Nãnga*).

6.4. Ensino Fundamental 5º a 7º série

No ano de 2001, já morando na aldeia Rio dos Índios, retornei os estudos, e me matriculei na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental *Kanhgág Goj*, na turma do EJA, educação de jovens e adultos. Ainda enquanto estava estudando nesta escola, conheci Roseli Ribeiro, namoramos e em 01 de Janeiro de 2002 nos casamos. No mesmo ano me formei no ensino fundamental, foi um período maravilhoso! Na mesma década nasceram Mikaele, Eliezer, Micaías e Manassés. Porém, não tínhamos condições de conciliar família, trabalho e escola, e assim, por aquele tempo não havia possibilidade de estudarmos.

Em março de 2005 estávamos já há mais de dois anos morando na aldeia Rio dos Índios. Naquele mesmo mês veio uma grande oportunidade: como na época não havia outra pessoa qualificada, fui convidado para atuar como professor e agarrei esta oportunidade com toda força e vontade; no começo encontrei algumas dificuldades, mas logo fui me adaptando. Porém, nesse mesmo ano ouviam-se fortes boatos e indícios da facilidade de demarcação da terra no município de Lajeado do Bugre- RS, e em agosto do mesmo ano a família resolveu ir rumo a esse lugar, e então eu tive que pedir demissão; não foi algo fácil, mas tive que acompanhar a família.

6.5. Ensino Médio

No ano de 2013 retornei aos estudos novamente, fiz minha inscrição no (NEEJA), Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Palmeira das Missões-RS e fiz o supletivo no mês de Novembro; no dia 05 de Dezembro do mesmo ano veio a grande notícia, fui aprovado em todas as disciplinas, comemorei bastante naquele dia, porque foi a realização de um sonho que já havia se frustrado antes.

O NEEJA é um estabelecimento de ensino que não se caracteriza como uma “escola”, mas como um espaço educativo onde a oferta de exames supletivos fracionados é feita ao jovem e ao adulto, a partir de uma análise e avaliação dos estudos formais e informais que realizou ao longo de sua vida pessoal, profissional e escolar. (fonte: equipeneaja.blogspot.com.br).

6.6. O Caminho Escolhido

Em fevereiro de 2014 o governo do Estado do Rio Grande do Sul abriu editais para a contratação de professores. Inscrevi-me no edital e fiquei no banco de contratos da Secretaria da Educação. No dia 05 de Abril de 2015 veio a notícia que eu tanto esperava há mais de um ano: o contrato emergencial do Estado do Rio Grande do Sul. Aceitei o desafio, enfrentei muitas dificuldades no início, porém tive também várias experiências maravilhosas até os dias de hoje.

Atualmente trabalho com as classes multisseriadas, com as quais trabalho na mesma sala de aula, com várias séries do ensino fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

Um dos momentos inesquecíveis que aconteceram na minha vida foi eu ter conseguido chegar à UFSC. Uma semana antes de encerrar as inscrições para o vestibular da UFSC 2015, fiquei sabendo através de um amigo, da aldeia de Rio da Várzea, sobre esse curso que estou cursando agora. Segui o procedimento da inscrição e me inscrevi, fiz a prova tudo certinho e fiquei aguardando o resultado. E no mês de abril de 2016 recebi a notícia de que eu havia sido aprovado no vestibular; naquele instante eu não estava acreditando, parecia que estava sonhando, mas não, eu havia mesmo sido aprovado! Comemorei bastante, era um sonho que estava se realizando. Estar na UFSC para mim é um grande desafio, porque além de buscar um novo conhecimento, estou representando a minha aldeia. Através dessa especialização pretendo me tornar um profissional competente e que através do meu conhecimento eu possa contribuir de alguma forma na minha aldeia.



Sobre o autor

Sou **Adélio Pinto**, tenho trinta e um anos de idade, sou casado, pai de cinco filhos, pertencço ao povo Kaingang e sou falante da língua kaingang; minha marca tribal é *kajru* e sou professor bilíngue. Minha esposa é kaingang, a naturalidade dela é da T.I Guarita e minha terra natal é a área indígena Toldo Rio do Mel, município de Iraí, Rio Grande do Sul. Todos os nossos filhos são falantes de nosso idioma. Já morei na aldeia Rio dos Índios, município de Vicente Dutra- RS, entre 2001 e 2005. Atualmente resido na aldeia Passo dos Índios, município de Lajeado do Bugre, RS. Sou evangélico da denominação Assembleia de Deus, mas ainda pratico os costumes e as práticas tradicionais do meu povo; a religião que eu frequento que é evangélica, foi uma escolha minha e de minha família; porém, isso não me impede de praticar os costumes tradicionais de meu povo, preservo muito a minha marca tribal e conheço bem quem é meu *régre* e quem é meu *jamré*. Quando acontece um evento cultural na escola ou na comunidade, todas as pessoas, sejam crianças, jovens ou adultos, entram no ritual de cantos e danças.

7. Conclusão

Trabalhar na educação e na alfabetização tem sido para mim uma experiência muito maravilhosa. Essa experiência melhorou minha autoestima como profissional e ampliou também minhas expectativas quanto ao futuro na educação. É por este motivo que abracei com muito entusiasmo essa nova oportunidade de aprendizagem e conhecimento que será fornecida pelo curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

E através desta especialização pretendo melhorar meu currículo e aprofundar meus conhecimentos nessa nova etapa da minha vida profissional, podendo me tornar um profissional competente e que contribua cada vez mais na educação, para que eu possa contribuir de alguma forma para a minha aldeia. Porque a minha aldeia está em processo de retomada, então através do meu conhecimento, eu poderei contribuir ainda mais com as lideranças da minha aldeia.

Em toda minha vida profissional sempre busquei me aperfeiçoar em tudo que eu faço. Já fiz vários tipos de cursos, fiz cursos de inclusão digital rural nos dias 16 e 17 de setembro de 2014, com carga horária de 16 horas; fiz curso de saneamento rural básico nos dias 27 e 28 de novembro de 2014 com carga horária de 16 horas. Participei da 3ª conferência municipal dos

direitos da criança e do adolescente no dia 26 de maio de 2015, com duração de 05 horas; fiz curso básico de produção de hortaliças nos dias de 16 a 18 de outubro de 2013, com carga horária de 24 horas, fiz curso de artesanato com palha de milho nos dias 01 a 04 de julho de 2013, com carga horária de 32 horas. Todos os cursos que fiz foram realizados em Lajeado do Bugre, RS.

Busquei desenvolver neste memorial uma síntese de toda minha trajetória escolar e pessoal. Além de considerar esse memorial auto-avaliativo, considero que o mesmo ampliou meus conhecimentos e me deu mais vontade para continuar nesse caminho.

8. Referências Bibliográficas

Coordenação Técnica Local (CTL) - FUNAI de Iraí (RS).

Secretaria da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental *Nãnga* (dados).

pib.socioambiental.org

[www.portalkaingang.org/index – irai htm](http://www.portalkaingang.org/index-irai.htm)

História da Terra Indígena Xapecó e Aldeia Pinhalzinho

Ronelssom Luiz

Resumo

Neste memorial busco contar sobre a minha comunidade kaingang a qual eu pertencço, relatando histórias contadas pelos kaingang ancestrais em relação ao contato com os não índios, e as consequências disto. Segundo os relatos feitos por anciões da comunidade, nesta aldeia todos os kaingang eram falantes da língua até a década de 1950, quando começam a entrar nesta comunidade os não índios, mandados pelo então órgão SPI, Serviço de Proteção ao Índio, que, usando o aval do governo e do regime militar da época, tinham o acesso livre nesta aldeia se apropriando de toda a organização social deste povo.

Palavras-chave: Conhecimentos, Cultura, Aprendizagem.

1. Introdução

1.1. A Terra Indígena Xapecó

A Terra Indígena Xapecó está situada no meio Oeste de Santa Catarina nos municípios de Ipuçu e Entre Rios, com uma extensão territorial de 15.623 hectares, povoado por indígenas Kaingang, Guarani e algumas famílias Xetá, totalizando uma população de aproximadamente 7.000 indígenas. Esta terra indígena está dividida em 10 aldeias espalhadas por toda a extensão territorial, são elas: Aldeia Fazenda, Pinhalzinho, Olaria, Samburá, Cerro Doce, Linha Oliveira, Sede, Paiol de Barro, Água Branca e Linha Matão. Cada uma dessas comunidades possui sua própria organização social.

Este território ocupado pelo povo Kaingang desta região é uma terra pedida pelo kaingang Cacique Vanhkre, pelo trabalho prestado pelos indígenas ao governo do Paraná na abertura da picada que vinha de Palmas cruzando pelo meio oeste de Santa Catarina, onde habitavam os índios kaingang. Este território está localizado entre os rios Chapecó e Chapecozinho. Segundo os antigos kaingang, este processo se iniciou na década de 1980.

Atualmente a terra indígena Xapecó possui apenas uma extensão territorial de 15.623 hectares e uma população de mais seis mil indígenas. Sendo que, em todas as aldeias há uma escola com ensino bilíngue português-kaingang, todos os professores das escolas são indígenas habilitados ou habilitandos em ensino superior, muitos deles habilitados em licenciatura intercultural indígena, oferecidas pelas Universidades Unochapecó e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Devido à questão da exploração das florestas nesta Terra Indígena, os kaingang desta comunidade deixaram de viver como os antigos, buscando alternativas para a sobrevivência, e uma delas foi a agricultura, que ajudou na alteração da paisagem desta terra. E junto destes problemas, os costumes do povo kaingang desta comunidade foram esquecidos. Hoje, a maioria dos kaingang desta Terra Indígena vivem da agricultura e do trabalho prestado às empresas nos municípios daquela região.

1.2. A Aldeia Pinhalzinho

Esta comunidade está situada nas margens da SC-480, no meio oeste de Santa Catarina, povoada pela etnia kaingang; segundo os velhos, kaingang vindos de outras terras indígenas como de Palmas (PR) e da comunidade de Toldo Imbu, que naquela época foi tomada pelos não índios, formaram a Aldeia. Segundo os mais velhos esta terra foi vendida para os não índios, para a exploração da terra e implantação da agricultura e da pecuária. A comunidade de Pinhalzinho era coberta por uma floresta de araucária e outras madeiras que para os brancos tinha muito valor. Então, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depois a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mandaram não índios para esta Aldeia para explorarem estas riquezas; em consequência disto, muitos não índios foram se casando com os índios, se misturando com a etnia kaingang. E isso fez com que muitos índios deixassem de praticar os seus costumes, principalmente a língua kaingnag.

Esta comunidade vem durante este tempo sofrendo perdas na questão da cultura e virtude do grande desmatamento que houve na comunidade, e da continua mistura entre índios e não índios inclusive os casamentos. Nas últimas décadas muitos índios não tinham com que sustentar suas famílias, então eram obrigados a sair da Aldeia, para buscar trabalho e ganhar dinheiro para suprir as necessidades. Segundo os velhos para não serem discriminados os kaingang não falavam a sua língua, e não usavam os conhecimentos dos seus ancestrais. Nos últimos anos, os índios desta Aldeia estão saindo trabalhar em frigoríficos exercendo vários tipos de trabalhos fora da aldeia. Isso está mudando o patamar de vida dos kaingang desta terra indígena, e muitos destes buscam alternativas para aprender a língua kaingang. Dizem alguns índios, que são discriminados por não falarem a língua deles, e isso é um dos motivos que fazem com que muitos kaingang busquem auxílio para aprender o seu idioma. Vendo estas necessidades, a escola tem uma proposta incluída no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), no sentido de buscar caminhos para estar ensinando a língua kaingang na escola.



2. A língua portuguesa na Aldeia e na Escola Pinhalzinho

Nesta aldeia, segundo a história relatada pelos anciões da comunidade, todo o processo do contato com os não índios, foram uma das consequências importantes na perda de grande parte da cultura dos kaingang desta comunidade, principalmente, a língua kaingang. O Órgão de Proteção ao Índio (SPI), segundo relatos dos velhos kaingang, tinha por finalidade proteger o índio, prometendo cuidar bem dos índios, sendo, na verdade, isto uma mentira, diziam os velhos, mas era o que o SPI promovia para fazer com que os chefes indígenas daquela época acreditassem e facilitassem o acesso livre na comunidade. Diziam também que usavam da boa vontade dos líderes daquela época para explorar as riquezas naturais daquela terra. Segundo os velhos, nesta terra tinha muita riqueza, como a madeira, que na época era cobiçada pelos não índios para ser comerciada, e sua derrubada dar espaço a agricultura e a agropecuária.

Desde o início do contato com os não índios, a língua portuguesa passou a ser predominante nesta comunidade, pois muitos kaingang tinham a necessidade de dialogar com os não índios que vinham até a comunidade realizar negócios (trocas de favores). Estes argumentos eram usados pelos não índios para conquistar a confiança do líder da comunidade, dando a ele presentes e outros favores.

Este sistema da política integracionista imposta pelos órgãos do governo, que diziam ser pelos índios, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), fez com que muitos índios aprendessem a língua portuguesa. A partir de 1947, veio o primeiro professor não-índio nesta aldeia, chamado Samuel Brasil que, segundo os velhos, ensinava nas casas dos kaingang. Nos relatos dos velhos sábios, temos que os kaingang tiveram como professor o senhor Felicíssimo Belino, pago pelo Sr Selistre de Campos, Chefe do Posto na época; as suas aulas

eram ministradas embaixo das árvores, na língua portuguesa. Na década de 60, foi criada a primeira Escola nesta Terra Indígena Xapecó situada na aldeia Água Branca, onde as aulas eram todas ministradas na língua portuguesa. Nos anos de 70, iniciou-se a primeira turma de monitores Bilíngues para exercer a função de professor nas aldeias indígenas; segundo os velhos da comunidade, estes professores kaingang foram proibidos de ensinar a língua kaingang na escola; segundo os velhos, havia uma prática que muitos conhecem por panelaço, que na hora da merenda quando a criança pedisse a merenda em kaingang pagava castigo, voltava no fim da fila ou ficava sem a merenda.

Segundo a história dos Kaingang, a política do governo nas Terras Indígenas kaingang era de que os índios se tornassem brancos e aprendessem a viver como eles, deixando todo o seu costume e sua cultura de lado. Hoje nas escolas se questiona muito esta questão, de como a escola fará para reparar um pouco dos danos causados por esta política? Pois que vem crescendo cada vez mais principalmente, o pensamento capitalista que faz com que muitos índios esqueçam que fazem parte de um povo diferente, com costume e história própria.



Fonte: Acervo Escola Pinhalzinho.



Fonte: Acervo Escola Pinhalzinho.

3. O casamento com os não índios

Segundo os mais velhos, quando os não índios entraram na comunidade, começaram a criar muitos vínculos com os kaingang velhos, e conseqüentemente houve casamentos entre índios kaingang com os não índios; muitos homens kaingang eram obrigados a sair e morar fora da aldeia, deixando sua cultura, e principalmente, deixando de falar a língua kaingang. As mulheres, quando casavam com o não índio, segundo os velhos, eram obrigadas a acompanhar o seu marido fora da aldeia, ao contrário do homem, que quando casava com a mulher não índia, em muitos casos tinha o direito de morar dentro da aldeia. Segundo eles, esse foi um dos motivos pelos quais muitas crianças deixaram de falar a língua kaingang: por influência dos pais, que por vergonha ou por outro motivo, não falassem o seu idioma e não usassem de seus conhecimentos culturais.

Na cultura kaingang, segundo a história dos costumes e da organização social, a mulher kaingang é quem tem o papel de ensinar os filhos a língua kaingang. Mas muitas delas, quando casam com os não índios, deixam de falar e de ensinar aos filhos a língua kaingang, por vergonha ou por ordem do marido.

4. A exploração dos recursos naturais na Aldeia Pinhalzinho

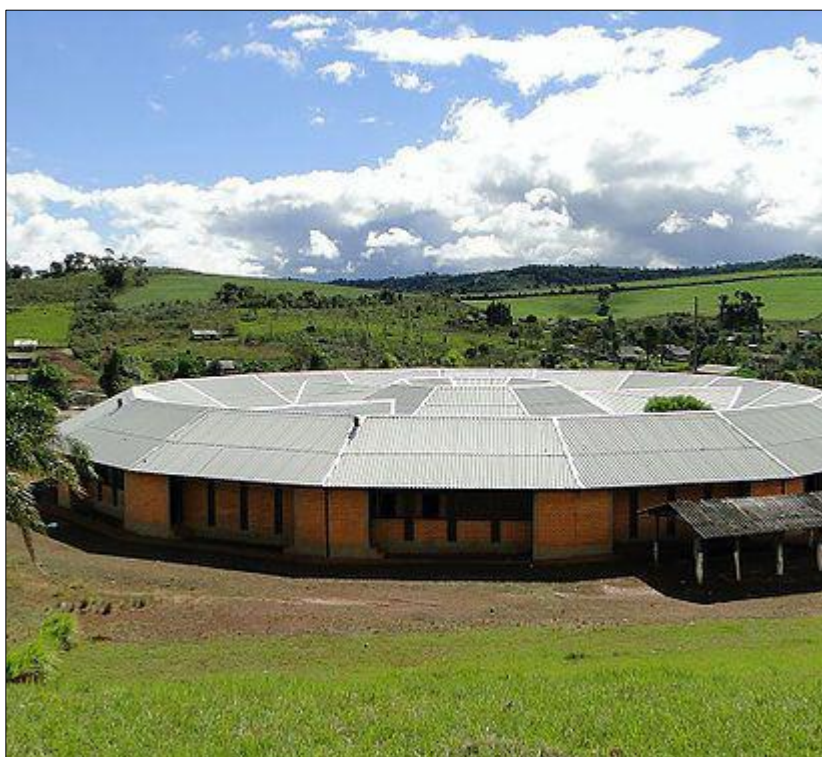
Esta aldeia tempos atrás era coberta por uma vegetação rica em recursos naturais, oferecendo aos kaingang o sustento de suas famílias, tanto na alimentação quanto nos remédios que eles necessitassem. Quando começou a ser explorada, muitos não-índios se acamparam na aldeia, fazendo com que muitos kaingang fossem obrigados a aprender a língua portuguesa para facilitar a comunicação e a negociação com os exploradores.

5. A Escola Cacique Vanhkre

A partir do relato de Dona Emilia N. Pacífico Gabriel, existiu um professor não-índio chamado Samuel que ensinava nas casas. Dados de 1947 nos relatam que os índios tiveram como professor Felicíssimo Belino, pago pelo Sr. Selistre de Campos, Chefe do Posto na época; as aulas eram ministradas embaixo das árvores. Em meados de 1960, foi criada a primeira escola da aldeia, chamada Escola Estadual São Pedro, na aldeia Água Branca. Em 1975, foi transferida para a sede da Terra Indígena Xapecó, onde passou a se chamar Escola Isolada Federal Posto Indígena Xapecó e por volta de 1984, a referida escola recebe a denominação de Escola Federal Vitorino Kondá.

Em 1988, pela portaria nº 488/88 de 30/12/88, parecer nº 609, esta escola passou a se chamar Escola Isolada Federal Vitorino Kondá. No ano de 1998, pela portaria nº 014/98 (27/01/98), a Secretaria de Educação e Desporto, através do parecer nº 352/97 do Conselho Estadual de Educação aprovou o Ensino Médio nesta Unidade Escolar. Passando então a referida escola a se chamar Colégio Estadual Vitorino Kondá. Vale ressaltar que o Colégio Estadual Vitorino Kondá foi a primeira Escola Indígena a ter Ensino Médio no Brasil. Através de um aprofundado estudo e de relatos sobre a vida do Índio Vitorino Kondá, se descobriu que ele era contratado por grandes fazendeiros para facilitar a entrada dos não-índios para ocuparem as terras indígenas. Expandindo assim as fazendas e diminuindo o espaço ocupado pelos índios. Surgiu então o nome da Liderança do cacique Vanhkre que foi o primeiro responsável pela demarcação desta terra. Isso ocorreu no ano de 1999, onde a partir dessa realidade decidiu-se mudar o nome da escola. No ano de 2000, através da portaria E/040/SED de 07/06/2000, passou então a ser chamada Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre.

Esta escola atende alunos indígenas kangang, guarani e não índios nas modalidades de ensino anos iniciais, ensino fundamental e médio, com um total de aproximadamente 1.000 alunos, com PPP (Projeto Político Pedagógico) feito junto com as lideranças e a comunidade escolar, atendendo às necessidades da comunidade. As aulas são em língua portuguesa e língua kaingang; hoje todos os professores que atuam nesta escola são graduados no ensino superior.



Fonte: Acervo Escola Cacique Vanhkre - Jotape Kaingang (professor indígena Kaingang, 2009).

6. O ensino dos mitos nas escolas da Terra Indígena Xapecó

As escolas da terra indígena Xapecó, a partir dos anos 90 começaram a pensar em uma escola que atendessem a todas as demandas da comunidade, principalmente a língua kaingang e sua cultura que já estava quase se acabando. Os professores juntamente com Universidades e secretarias, começaram a buscar os velhos para trazê-los para junto da escola, explorando neles os conhecimentos antigos da cultura kaingang. Começaram então os trabalhos de registro da história deste povo, contada pelos velhos kaingang; estes saberes se tornaram essenciais na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, pois dentre estas pesquisas, descobriram o

responsável pela demarcação da Terra, que foi o kaingang cacique Vanhkre. Nesta época as escolas indígenas de Santa Catarina passaram a ser de responsabilidade do Estado.



Fonte: Acervo Cacique Vanhkre.



Fonte: Acervo Cacique Vanhkre.



Fonte: Acervo Escola Cacique Vanhkre.

Desta época em diante, as escolas da Terra Indígena Xapecó começaram a realizar pesquisa em relação os mitos deste povo. Onde que os velhos relataram muitas histórias da mitologia Kaingang, que para eles eram essenciais na construção do conhecimento kaingang. Estes relatos feitos pelos ançãos da comunidade foram registrados pelos alunos e professores das escolas e muitos destes trabalhos tornaram-se documentos registrados e outros foram tornados artigos publicados, constando na escola e também nas Universidades.

7. Considerações finais

No desenvolvimento deste trabalho, houve a participação dos velhos kaingang da terra indígena com suas histórias contadas na escola. E na realização do processo de organização destas informações, tive muito aprendizado enquanto acadêmico desta Universidade, e também a certeza de que tenho muito que aprender enquanto acadêmico e professor indígena kaingang da Terra Indígena Xapecó. Mas cada vez que ouço a história da minha comunidade, sei que tenho muito que aprender sobre o meu povo.

Sobre o Autor

Meu nome é **Ronelssom Luiz Runja**, nome português dado pela minha madrinha, e o nome em kaingang foi dado pelo meu avô, segundo o meu pai este nome foi dado pelo fato de que meu avô era um dos membros do ritual do kiki (ritual de liberação dos espíritos mortos). Este nome significa purungo, matéria-prima que os kaingang usam para fazer seus chocalhos (Sygsy) instrumentos usados pelos kaingnag para cantar as rezas sagradas.

Sou kaingang filho de Getulio Luiz e de Doralina Luiz ambos da etnia kaingang. Meu pai falante da língua kaingang, minha mãe mestiça e não falante da língua. Sou falante da língua kaingang, resido na aldeia pinhalzinho situada às margens da SC-480 no meio Oeste de Santa Catarina. Sou professor na escola Indígena da Terra Indígena Xapecó, ministro aulas nos anos iniciais, 3º e 5º anos do ensino fundamental.

Os professores mais velhos que atuaram nas escolas indígenas falam da importância de estar fazendo este trabalho com as escolas, segundo eles, hoje, o único meio de ir revitalizando a cultura dos kaingang é através da escola. E os professores juntamente com os velhos, criaram o grupo de apresentação de dança e teatro que mostra uma parte da mitologia kaingang, buscando expressar a história deste povo. O objetivo do grupo é mostrar que a cultura existe, e que a presença dos velhos é importante para a construção do conhecimento da criança kaingang. Os grupos de apresentação são das escolas Cacique Vanhkre e Pinhalzinho, grupo *Gatãn* (donos da terra) da Cacique Vanhkre e *Rã pur ja* (pôr do sol) da escola Pinhalzinho. Estes grupos contam através de suas apresentações a mitologia dos antigos kaingang, deste o seu nascimento e suas relações com a natureza.



Fonte: Acervo Ronelssom Luiz- Professor kaingang.



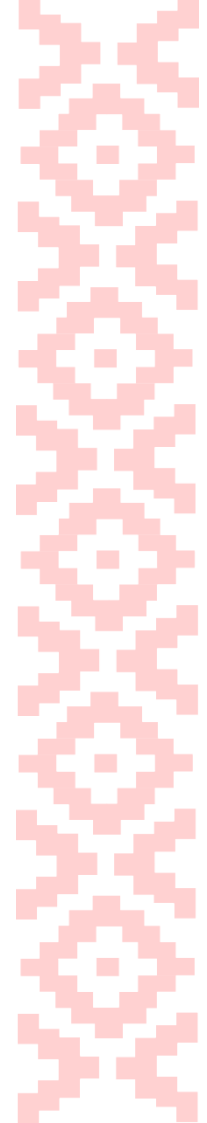
Fonte: Acervo Ronelssom Luiz - professor indígena kaingang.

8. Referências bibliográficas

Acervo - Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre.

Acervo - Escola Pinhalzinho.

Depoimento de Dona Emilia N. Pacifico Gabriel.



Indígenas Kaingang de Serrinha:

escola, mitologia e língua

Roselinda Vângri Inácio

Resumo

Busca-se nesse texto abordar alguns aspectos mais relevantes da história da Terra Indígena Serrinha, desde a sua definitiva retomada em 1996, até a atualidade. Ao abordar alguns temas, cabe retomar o assunto da organização do povo Kaingang no espaço físico e cultural. O constante contato com os não índios é inevitável, pois muitas aldeias estão localizadas muito próximas das cidades, e pelo fato de muitas famílias terem a necessidade de sair da aldeia para comercializar seus artesanatos. Tais fatos dificultam ainda mais a preservação da cultura e, principalmente, da língua kaingang.

1. A Comunidade

A Terra Indígena Serrinha está localizada no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, e abrange os municípios de Ronda Alta, Engenho Velho, Constantina e Três Palmeiras. Atualmente conta com uma população de aproximadamente 3.000 habitantes, totalizando 700 famílias. A T. I. possui uma extensão territorial de cerca de 12.000 quilômetros.

A Terra Indígena recebeu este nome porque antigamente havia pinheiros ralos neste local, e para os Kaingang, o local onde havia esse tipo de vegetação rala era denominado de serrinha. Assim, o local passou a ser chamado “Terra Indígena Serrinha”.

Atualmente esta T. I. é composta por cinco aldeias, cada uma com um líder responsável por seus moradores, sendo atualmente o líder principal o cacique seu Antonio Mig Claudino. O cacique é responsável pela administração e bem-estar de toda a população da Terra Indígena.

Cerca de 80% da população indígena é falante da língua kaingang, e em cada aldeia há uma escola onde cada uma possui seu currículo próprio. A escola principal, chamada Escola Estadual de Ensino Médio Fág Kavá, está localizada na Aldeia Alto Recreio, onde também reside o líder principal. Atende às etnias Kaingang e Guarani. Além da escola, a aldeia conta também com um posto de saúde, com funcionários indígenas e não indígenas, que prestam atendimento à comunidade de cada aldeia com médicos que vem de fora da aldeia para realizar o atendimento na mesma. Há também um funcionário da FUNAI que presta serviço uma vez por semana em cada aldeia, pois não há posto da FUNAI na aldeia, apenas uma coordenação técnica local com escritório em uma das cidades próximas.

Os pontos de referência para quem vem de fora da Terra Indígena ficam na aldeia principal que é Alto Recreio, onde há o Posto de Saúde, a escola e o ponto de Cultura, conhecido como Instituto Kaingang Kanhgág Järe (INKA). Serrinha é uma Terra Indígena com 20 anos de retomada, a qual teve início em 06 de novembro de 1996, pois os índios melhor organizados e contando com o apoio de algumas instituições, acamparam na Área Indígena Serrinha, assim chamada na época.

O acampamento ocorreu nas margens da RS 324 em algumas terras particulares entre os municípios de Ronda Alta e Três Palmeiras. Os índios enfrentaram muitas dificuldades e muito preconceito.

2. A Instituição Escola

O processo de apropriação da instituição *Escola* pelas comunidades indígenas deve garantir que os conhecimentos trabalhados estejam de acordo com o projeto de vida das comunidades. O trabalho do professor não depende só do trabalho na escola, mas de seu desenvolvimento em toda a comunidade. Ensinar o resgate e o fortalecimento da nossa cultura é preparar as crianças para o dia de amanhã.

A Escola da Terra Indígena Serrinha foi criada em 1960 como Escola Rural Isolada. Em 1978, passou a ser Escola Rural do Alto Recreio e em 1986 passou a ser Escola Estadual de 1º grau Presidente Tancredo Neves. Em 1996, com a chegada dos Kaingang retomando suas terras, a escola passou por um grande processo de mudanças, e em fevereiro de 2002 passou a ser denominada Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental *Fág Kavá*. A escola recebeu este nome considerando a existência naquele local de pinheiros muito ralos na antiguidade; esse tipo de vegetação era chamado pelos Kaingang de “Serrinha”. Assim, o local passou a chamar-se Terra Indígena Serrinha e a Escola *Fág Kavá*: Pinheiro da Serrinha.

Em 2015, ano em que foi aprovado o funcionamento do ensino médio na mesma, esta escola passou a ser chamada Escola Estadual de Ensino Médio *Fág Kavá*. O quadro de funcionários da escola é composto por uma diretora, uma vice-diretora e uma coordenadora pedagógica, todas estas não indígenas. Ainda, há um secretário indígena e sete professores indígenas, dos quais faço parte. Há também oito professores não indígenas, duas serventes indígenas e uma merendeira indígena. Dos professores indígenas, quatro são professores de séries iniciais e séries finais do ensino fundamental e ensino médio, dois são professores apenas das séries iniciais e um de educação infantil.

A escola possui uma infraestrutura física de nove salas de aula, sala de recursos para alunos com dificuldade de aprendizagem, laboratório de informática, laboratório de ciências, cozinha, refeitório, secretaria, sala de professores, sala de vídeo, biblioteca e quatro banheiros. A escola conta com 250 alunos, distribuídos desde a Educação infantil até o 2º ano do ensino médio. A escola não atende nenhum aluno não indígena, pois não é permitida a aceitação destes alunos na escola.

Todas as culturas antigas encontravam nos mitos uma forma de se estruturar e se organizar. A vida das crianças indígenas é diferente da vida das crianças não indígenas em vários aspectos, como por exemplo, alguns brinquedos e brincadeiras que fazem parte do seu

cotidiano e da sua vida escolar. Há também os cantos e a utilização de instrumentos musicais que igualmente fazem parte dessa vida escolar.

Percebe-se a valorização da cultura kaingang através de apresentações feitas pelos alunos na escola no decorrer do ano letivo, principalmente em datas comemorativas como o dia do índio e em apresentações culturais dos próprios alunos em outras escolas das cidades da região. Outra forma de valorização da cultura é através da confecção de artesanatos feitos pelos pais e por outras pessoas da comunidade, que tem no artesanato uma das formas de sobrevivência. A confecção do artesanato kaingang e sua prática dentro da escola demonstram os valores da cultura nele contidos, como o grafismo e a pintura utilizada nestes materiais. A valorização da cultura kaingang também acontece através do preparo de comidas típicas, o que ainda não é muito comum entre as famílias.

A língua kaingang é trabalhada na escola em todas as séries; as séries finais tem um professor que trabalha em todas as turmas, assim como no ensino médio.

A seleção de professores é feita por meio de edital divulgado pela Secretaria do Estado da Educação, e as inscrições feitas pelos professores interessados que passam por uma classificação aguardando uma banca, até serem chamados para assumir as vagas existentes na escola. Considerando o que ocorre no dia-a-dia da escola, percebe-se que há uma falta de interesse por parte dos professores indígenas em desenvolver um bom trabalho junto a seus alunos e junto à escola. A “Educação diferenciada” nem sempre é entendida como sinônimo de “Educação de qualidade”, pois a educação diferenciada depende de quem a pensa e para quem ela é passada, e é nesse sentido que surgem as dúvidas em relação a como fazer essa educação diferenciada acontecer de forma concreta.

As crianças eram convidadas pelos professores não indígenas a participarem das aulas, mas depois os índios conseguiram um professor indígena contratado pelo Estado para acompanhar seus alunos na escola, pois os mesmos apresentavam dificuldade para entender as explicações dos professores na língua portuguesa. O professor indígena deveria fazer as mesmas explicações dos professores não indígenas na língua kaingang, para que os alunos indígenas pudessem entender e realizar as atividades escolares.

Aos poucos os alunos e a pequena comunidade que ali começava a se formar aprenderam a falar claramente a língua portuguesa através da convivência com os não indígenas e também pela necessidade de adquirirem produtos e objetos que necessitavam para o seu bem-estar.

3. A Aldeia, educação e a “política de panelão”

Segundo Geni da Silva Inácio, o “panelão” aconteceu em muitas Terras Indígenas do Rio Grande do Sul. Entre elas a Terra Indígena Ligeiro, onde a mesma morava naquela época. Geni Mĩnká da Silva Inácio, nasceu no dia 27 de dezembro de 1930, no município de Água Santa. Filha de descendentes de italianos, Geni perdeu a mãe ainda muito criança, tinha seis anos de idade quando seu pai foi convidado para morar na aldeia, na Terra Indígena Carreteiro, pertencente ao município de Água Santa. Eram seis irmãos e Geni era uma das mais velhas, e assim ela ajudava a tomar conta dos irmãos menores.

Aos 18 anos casou-se com Domingos Kané-sá Inácio, kaingang que morava na aldeia e era filho do cacique. Como cresceu convivendo com os índios, Geni sempre se sentiu índia e, segundo ela, nunca pensou em dizer o contrário; isso fica bem claro em uma conversa com a mesma:

“O pessoal tinha que fazer uma fila grande na hora da refeição e cada um tinha que pedir a comida em português, pois se pedisse na língua kaingang, eram obrigados a voltar pro (sic) final da fila, até que aprendessem a pedir a comida apenas em português”.

Na década de 1940, o Serviço de Proteção aos Índios introduziu, nas áreas do sul do Brasil, um serviço obrigatório em “roças coletivas” (as roças do posto). No regime de trabalho então implantado, os índios deixavam de ter direito de trabalhar em suas roças, sendo obrigados a trabalhar nas roças do posto “a troco de comida”: os homens para um lado e as mulheres para outro. A comida era feita em uma cantina, em grandes panelas, o que levou esse sistema a ficar conhecido como “panelão”. Na Aldeia kaingang de Inhacorá (RS), os mais velhos relatam que um dos índios, vestido com farda do exército e sobre um jipe camuflado, vigiava os trabalhadores indígenas, armado de espingarda. Plantavam principalmente o trigo, que era semeado e colhido à mão, mas também plantavam o milho e o feijão. Na hora do almoço tinham que entrar em uma fila para ganhar uma porção de comida à base de feijão e farinha. Aquele que se negasse a realizar esse trabalho era preso na cadeia do Posto e apanhava. Os Kaingang recordam das imensas plantações que faziam, mas de cujo resultado nunca recebiam nenhum pagamento. No Natal e em outras datas festivas ganhavam algum presente, mas pagamento, nunca. (Veiga, 2006).

Para obrigar os índios a se submeter a este trabalho, o SPI interferiu nas lideranças indígenas, seja através do suborno daquelas que aceitaram submeter seu povo, seja através da troca dos *põij*, que passaram a ser indicados ou colocados pelas autoridades não indígenas, agora intitulados “caciques”. Essa interferência modificou a qualidade da representação política dessas lideranças que, de autoridades representantes de sua parentela, passaram a ser representantes do Estado Brasileiro junto aos seus parentes. (Veiga, 2006).

Para começar a conversa com dona Geni, pergunto por que ela nunca estudou. Ela respondeu:

“Nunca estudei porque minha mãe morreu quando éramos pequenos, e meu pai nunca quis que a gente estudasse porque tinha que cuidar dos irmãos mais pequenos. Vim morar na área com o meu pai e meus irmãos com 12 anos e com 18 casei com um índio, Domingos Inácio. Uns anos mais tarde sofremos muito porque começou ter nas áreas a política do panelão, assim que eles diziam, parece que é assim. Os índios tinham que trabalhar pra FUNAI, ou parece que é o SPI, não sei, era pra um desses dois, só que daí eles não podiam falar em kaingang senão iam pro tronco. Tinha que falar só em português, principalmente pra pedir a comida, que era só farinha torrada com feijão e tinha que dá graça.”

Perguntei: Mas quem não sabia falar em português?

“Tinha que aprender na marra senão ia pro tronco [sic]. Muita gente sofreu bastante naquela época, e foi assim muitos anos.”

E quem que ensinava falar em português para os índios?

“Tinha os brancos que ensinavam, mas daí na casa do meu sogro, tudo eles falavam em kaingang, e ele dizia que ali na casa dele não queria que ninguém falasse em português porque não ia deixar que a família dele, principalmente os netos, aprendessem a falar português, que índio tinha que falar a sua língua e pronto.”

E não tinha escola?

“Tinha escola sim, mas eram tudo “fóg” que davam aula pros nossos filhos.”

Além de ter só “fóg” dando aula, o que mais a senhora lembra-se da escola?

“Que tinha só quadro, os alunos tinham um quadro pequeno onde escreviam, tinham que aprender as palavras em português e depois apagar pra aprender outras, e eram obrigados a falar tudo em português.”

Então é por isso que todos os seus filhos sabem falar kaingang?

“Sim, porque mesmo que eu não sei falar em kaingang, os meus filhos aprenderam com os avós e com o pai deles e isso foi bem, porque hoje eles têm como se defender e poder provar que são índio [sic]. Mas eu não gosto de falar muito sobre isso, porque sofremos muito nessa época e agora graças a Deus tá [sic] muito bem, e nossos filhos são todos estudados e cada um tem um trabalho mas ninguém esquece de onde que vieram e o quanto que sofreram. E tem que saber dar valor pra família e pro povo deles, né. Quando as crianças começaram ir na escola nós pensemo [sic] que ia ser bom, quer dizer, é bom mas não sei se é bom pra todo mundo, porque naquele tempo acho que era bom porque aprendia ler e escrever. Mas agora parece que as crianças não querem mais saber de falar em kaingang, só querem falar em português e aprender as coisas dos brancos. Eu não nasci índia mais sempre me senti como se fosse e sempre conto muita história que aprendi pros meus netos, porque acho que é muito importante saber da história de tudo o que os índios sabem.”

Mesmo sabendo e sentindo certa revolta, quando fala sobre isso, Dona Geni sabe que é importante contar essas histórias para os seus netos e para outras pessoas também.

A ideia dominante era de que a escola era importante, porque as crianças aprendiam a ler e escrever; hoje, por outro lado, está presente a ideia de que a escola tem muitas vezes que assumir responsabilidades que não são suas. Em relação à língua kaingang, as famílias têm passado para a escola um papel que é fundamentalmente seu, e que a escola tem tentado desempenhar esse papel da melhor forma possível, mas que a escola também encontra muitas dificuldades.

4. Considerações finais

Atualmente a maioria das comunidades indígenas tem um convívio muito próximo com os não indígenas; por este motivo tem se tornado cada vez mais difícil manter os costumes do povo Kaingang e ensinar a língua juntamente com outras disciplinas. Apesar de as escolas indígenas terem o direito de um currículo diferenciado, os índios estão em constante contato com a língua portuguesa, o que tem tornado ainda mais difícil a

preservação da língua kaingang. Em algumas escolas indígenas o tempo é usado de forma que se possa respeitar os processos próprios de aprendizagem; isso ocorre de acordo com a atividade mais adequada para o momento. Assim o espaço de aprendizagem não deve limitar-se a uma sala de aula, e sim requer diversificar as atividades pensadas e pesquisadas pelos alunos e professores junto à comunidade. Desta forma faz-se necessário refletir sobre o verdadeiro papel da escola e dos professores indígenas em suas comunidades.

Sobre a autora

Como já citado, faço parte do quadro de professores da escola *Fág Kavá*. Sou **Roselinda Vângri Inácio**, meu nome na língua kaingang é *Vângri*. Tenho 44 anos e sou professora Indígena nos anos iniciais e no ensino médio. Pertencço a Terra Indígena Serrinha, Aldeia Alto Recreio, município de Ronda Alta.

5. Referências Bibliográficas

NASCIMENTO, Ernilda. Há vida na história dos outros.

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)

Revista ANE - Textos e pretextos sobre educação indígena

VEIGA, Juracilda. O processo de privatização da posse da Terra Indígena, 2006.

Terra Indígena Apucarantina:

Memorial

Jaciane Goj Téj Kuitá Fideles

Resumo

Este trabalho fala sobre a Terra Indígena Apucarantina, trazendo dados sobre sua localização, sua extensão, suas escolas, seu cotidiano, sobre sua língua materna e a mitologia kaingang. São informações obtidas através de entrevistas com sábios e informações obtidas dentro da própria comunidade.

1. A Terra Indígena Apucarantina

A T.I Apucarantina está localizada há 28 km do município de Tamarana, seu núcleo urbano mais próximo está há 80 km de Londrina. Sua população é de 2.300 pessoas, ou 350 famílias. A T. I. está delimitada ao norte pelo Rio Apucarantina, ao sul pelo Rio Apucarana, a leste pelo Rio Tibagi e a oeste por alguns rios pequenos, estradas, represas e cortes aleatórios.

Sua extensão territorial original era de 80.000 hectares, mas atualmente restam apenas 5.574 hectares. Sua situação jurídica atual é de regularizada ou reservada pelo SPI desde 1949.

A aldeia está dividida em quatro setores: Sede, Água Branca, Barreiro e Serrinha. Eu resido na aldeia Sede. Sua economia se baseia em três atividades fundamentais: Agricultura de subsistência, assalariamento temporário e o comércio de artesanatos. Hoje em sua religião, os kaingang são praticantes das religiões cristã, católica e evangélica. No uso e manejo da terra hoje existem 300 alqueires cultivados na aldeia, a colheita é feita pelos indígenas e tudo é repassado para a comunidade.

Antigamente, o território do povo Kaingang se estendia por todo o vale do rio Tibagi. Em entrevistas com sábios tive conhecimento de como a língua portuguesa chegou a nossa aldeia, obtive algumas informações através de outros moradores, pois fazem apenas 16 anos que moro no Apucarantina; sou natural da Terra Indígena Ivaí em Manoel Ribas, centro sul do Estado do Paraná.

Comecei minha pesquisa com Pedro de Almeida, professor na Escola João Kavagtãn Vergílio, que me contou que os kaingang viviam em Jatazinho, Paraná, que fica do outro lado de onde está localizada a comunidade atualmente. Disse que os Kaingang viviam à beira do rio quando encontraram os *fóg* (não índios) que se aproximaram na intenção de exterminá-los. Primeiro, tentaram com violência, mas os indígenas resistiram e depois se fingiram de amigos e aos poucos conquistaram a confiança deles, foi quando os *fóg* decidiram eliminá-los de vez, vieram e disseram que iriam vaciná-los, mas na verdade queriam envenená-los. Começaram a aplicar as vacinas de gripe neles, no que muitos inocentemente acreditaram, pois como havia muitos surtos de gripe, acharam que era verdade, conta ele. Mas três famílias recusaram a vacina: os Almeida, os Marcolino e os Zacarias, que hoje são as famílias mais numerosas da aldeia, fugindo para a mata. Passados alguns dias voltaram ao lugar e seus parentes estavam todos mortos: a vacina tinha funcionado. Então eles cruzaram o rio

Tibagi e voltaram a se isolar por um bom tempo, sobrevivendo apenas com o necessário, através da caça, das frutas, dos peixes, etc. Como estavam isolados, não dependiam da medicina dos *fóg*, e quando ficavam doentes, tiravam tudo que precisavam da mata.

Passado algum tempo é que os *fóg* começaram a se aproximar novamente dos indígenas, diz também Gilda Kuitá, 60 anos, funcionária aposentada da FUNAI. Ela afirmou que cerca de 45% da T.I era composta por florestas de araucárias, e isso despertou o interesse dos *fóg*. Então eles começaram a retirar madeira da aldeia, e alguns indígenas começaram a se aliar com os não índios, pois ganhavam “agradinhos” em troca de suas riquezas. Comerciam madeiras, ouro e outras pedras preciosas; também trocavam suas filhas, irmãs, em troca de comida, dinheiro ou posição social. Em 1910 foi criado o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) que foi de um impacto terrível dentro da comunidade, porque eles começaram a se aproveitar dos bens dos indígenas, disse a professora Gilda Kuitá.

2. Escravos na própria terra

O SPI colocou funcionários não indígenas como chefes de posto para trabalhar nas comunidades indígenas. No Apucaraninha, o chefe de posto escravizava os indígenas, os escravizava em suas próprias terras para ele poder obter lucro, e em troca ele dava cestas básicas aos indígenas.

Estes chefes se aproveitavam dos bens materiais, vendiam madeiras, arrendavam terras; além disso, casavam ou tinham filhos com as mulheres kaingang. Para usufruírem ainda mais, os *fóg* apresentaram a bebida alcoólica para os índios e construíram um alambique dentro da T.I, assim, estando bêbados, eles não viam o que os *fóg* faziam.

Há pouco tempo atrás, na década de 1940, foi construída dentro da aldeia uma usina hidrelétrica, e talvez esse tenha sido o impacto mais terrível que a comunidade já sofreu, porque, imaginem a magnitude da construção de uma hidrelétrica dentro de uma comunidade indígena? Pois é, e com isso vieram trabalhadores de todo o Brasil que, como o SPI, também usufruíram das riquezas dos indígenas. A partir daí, a comunidade passou a ter contato direto com a sociedade “branca”, mas a sua língua materna continua sendo preservada até hoje.

3. As escolas da Terra Indígena Apucarantina

Hoje na T.I. há duas escolas: a Escola Estadual Indígena João Kavagtã Vergílio e o Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag. A Escola João Kavagtã Vergílio trabalha os anos iniciais e os anos finais do ensino médio. Esse nome foi dado em homenagem a um guerreiro que viveu muito e por ele ser o avô de um cacique que ficou por muitos anos no poder. Atualmente existem 16 professores e 8 funcionários para 239 alunos matriculados. Hoje não existe nenhum aluno indígena nesta escola, que tem 15 professores indígenas e uma não indígena. Nesta escola é trabalhada a cultura com professores formados em magistério indígena, há um calendário diferenciado com algumas adaptações, e a avaliação é contínua através de pareceres descritivos.

Já a Escola Benedito Rokag trabalha com os anos finais do ensino fundamental e com o ensino médio. Esse nome foi dado em homenagem a um grande guerreiro indígena, o último a se render aos colonizadores (*fóg*). Existem hoje quinze professores e sete funcionários para 240 alunos; são quatro professores indígenas e onze professores não indígenas. A avaliação é bimestral por nota individual.

As duas escolas são mantidas pela SEED (Secretaria de Educação do Paraná), a modalidade de ensino é presencial e a seleção é feita por PSS (Programa de Seleção Simplificado) e pela carta-anuência assinada pelo cacique e pelas lideranças.

4. A língua materna hoje na comunidade

Como já mencionei anteriormente, a língua materna continuou muito bem preservada. As crianças aprendem a falar o kaingang desde muito cedo, elas só tem contato com a língua portuguesa quando estão com seus cinco ou seis anos de idade, pois as famílias são 100% falantes da língua materna; eles não têm dificuldade em aprender a língua kaingang.

Nas escolas eles aprendem a escrita na língua materna desde as séries iniciais até o último ano do ensino médio. A língua portuguesa só é ensinada a partir do 3º ano das séries iniciais; por isso, os alunos tem maior dificuldade em falar o português, ao contrário de muitas comunidades kaingang do sul do país.

5. A mitologia na aldeia

A mitologia tem sido muito bem trabalhada na minha comunidade, especialmente nas aldeias. Conversei com alguns professores que me contaram como estão trabalhando e o que eles tem feito pra aperfeiçoar o tema MITO. Seja a mitologia grega, aplicada por professores de artes, história, filosofia, sociologia ou a mitologia kaingang, com professores indígenas e não indígenas ou com sábios da comunidade. Os mitos sempre estiveram presentes no cotidiano kaingang e fazem parte da vivência indígena.

Os indígenas têm suas crenças, sua espiritualidade, a ligação com a natureza e com o sobrenatural. Os mitos tem um significado muito forte para os kaingang por existirem crenças em tudo, desde o canto de um pássaro até a posição da lua. Existem também histórias, cantos, danças e outras práticas culturais que fazem parte do calendário escolar diferenciado.

Atualmente existem duas comemorações que são as mais importantes na aldeia Apucarantina, que são a Semana da Pesca do *Parĩ* e a Semana do *Êmĩ*.

Na semana da Pesca do *Parĩ* os diretores, professores, alunos e quem mais quiser participar, se reúnem e vão até o rio Apucarana, e ficam lá uma semana fazendo seus rituais e comendo suas comidas típicas. Já a semana do *Êmĩ* é feita na comunidade mesmo, é uma semana que também reúne as escolas e os alunos, que vão atrás do milho e fazem toda a preparação em conjunto.

E é muito interessante a maneira que eles trabalham, tenho uma narrativa infantil para contar na língua kaingang. Descrevo esta narrativa aqui em kaingang:

PÉPO KĂME

Kanhgág ag vỹ ag tỹ pépo kāmén kỹ ti to téj gy ti jé ja nĩgtĩ, he tĩ. Hăra kején pépo mré jógóg ag vỹ kanhkă ra vėnhkanhir to mũ mũ, kỹ vėjũ tóg tá kutě já nĩ sir. Kỹ pépo ag tóg jógóg ag mré jagně kygrég mũ sir, kỹ jógóg ag tóg kanhkă tá nỹtĩ kỹ ěpră pépo ti fón mũ sir, kỹ pépo tóg sir pó kri kutě mũ. Hă kỹ pépo ag tóg ũri tâper kar nỹtĩgtĩ.

6. Considerações finais

Bem, espero com esse memorial mostrar um pouco da cultura kaingang, especialmente na T.I Apucarantina. Fico feliz por apresentar minha aldeia aos leitores desse memorial, pois embora existam muitas questões políticas envolvidas, ainda somos um povo que preserva sua cultura.

Estaremos preparados sempre, independentemente do que vier, porque somos um povo guerreiro que luta sempre e que não deixou nem nunca deixará sua cultura ser esquecida.

Sobre a autora

Sou **Jaciane Kuitá Fideles**, meu nome na língua kaingang é Goj Téj, que significa água corrente, tenho 24 anos e pertenço à Terra Indígena Apucarantina. Resido na aldeia sede, sou kaingang, mas por minha mãe ser xokleng, sou xokleng também. Estudei na aldeia desde sempre e agora estou na faculdade, estudo na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e curso a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

7. Referências bibliográficas

Secretaria de Educação do Paraná.

Entrevistas:

- Gilda Kuitá
- Pedro de Almeida

Acampamento Indígena Kanhgág

Butiá

Gelcimar Amantino

Moro na Comunidade Indígena Butiá, este local ainda é acampamento, localizado na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, município de Passo Fundo. É uma comunidade em início de desenvolvimento, é recente sua inclusão nas políticas públicas do governo; portanto, esta comunidade está em situação precária. Temos uma escola, um posto de saúde, construídos graças à ideia e repasse de madeira, feita pelo cacique na construção destes locais de atendimento da comunidade, material repassado da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Nossas casas para moradia são de madeira, construídas com os kits que a FUNAI disponibiliza. Ainda, há no local um prédio antigo, de alvenaria, onde funcionava a antiga CEASA. A comunidade tem interesse em utilizar este prédio para instalações de moradias e eventos que possam ali acontecer. O lugar está projetado para reforma.

Na minha aldeia existem tem 20 famílias, que preservam e valorizam a língua materna, tanto na educação indígena, quanto na educação escolar. Mantêm a cultura alimentar, valorizando as comidas típicas, o *emi*, *egoro*, entre outros. Utilizamos os remédios tradicionais, preparados para nos tratar, extraídos das plantas. Infelizmente a cultura não indígena muitas vezes se sobrepõe à nossa, os conhecimentos dos anciões não são repassados e muitos ficam no esquecimento.

Temos as marcas tribais que distinguem as famílias, são duas: *kamé* e a *Kanhrú*, referentes aos irmãos gêmeos que na mitologia kaingang deram origem ao nosso povo.

A comunidade escolar tem feito uma busca para revitalizar nossa tradição, para que os membros da comunidade, especialmente as crianças, cultivem os saberes. Esses são coletados dos conhecedores que resguardam a riqueza dos conhecimentos, costumes e crenças passados através das gerações para a juventude atual.

O nome Kanhgág Butiá se origina do movimento de retomada, que montou acampamento inicial próximo de uma árvore frutífera, conhecida na região como butiá. O acampamento está localizado há 5 km da cidade de Passo Fundo, saída sentido à Lagoa Vermelha, próximo ao aeroporto, na Br 285, KM 286, à margem esquerda, próximo ao parque da EFRICA (local onde se realiza a Feira regional de comércio e exposição).

A comunidade está formada por 60 pessoas aproximadamente, vindas do município de Pontão/RS, devido ao movimento de retomada. É recente a presença de um acampamento indígena neste local, embora este lugar já fizesse parte do grande território kaingang. Estamos na Terra do Estado, com a reivindicação da demarcação da Terra Indígena do Butiá, embora o Estado proponha um acordo de abandonarmos a luta pela terra no município do Pontão e recebermos esta terra onde estamos acampados como compensação, legalizando a situação do nosso movimento, neste impasse fundiário.

A área garantida é de sete hectares, que estão em fase de regularização; a comunidade e o Cacique fizeram uma contra proposta para garantir a ampliação da área, perfazendo um total de 220 hectares. O Estado tem se posicionado favorável a esta ampliação, sempre pontuando para que não haja retornos ao antigo acampamento no Pontão.

O principal ponto de localização da aldeia é o aeroporto municipal, que fica à direita da Comunidade. A comunidade pode ainda ser localizada pelo parque da EFRICA, local de eventos, como rodeios e exposições, conforme já comentei acima. Nossa comunidade também é próxima da Universidade de Passo Fundo.

Não temos um grupo de lideranças formado, por enquanto nossa figura representativa é só o Cacique, que atualmente é o Sr. Ibrail Vergueiro e alguns colaboradores informais. Nossa equipe de liderança é pequena, porque nossa comunidade também o é, não se fazendo necessário mais pessoas na liderança.

Nossa economia está baseada na fabricação e comércio de artesanatos, trabalhos temporários e auxílios assistenciais do governo, até que nossa terra esteja regularizada para que possamos plantar, reativando a agricultura kaingang.

Nossas famílias têm participado ativamente de cultos e religiões Cristãs, nossa aldeia não tem *Kujá*.

Nestes sete hectares ainda não temos condições de utilizá-lo para agricultura, sendo um espaço reservado para a moradia.

1. A escola

A escola da comunidade chama-se: Escola Estadual Indígena *Fág Nor*, devido ao movimento de retomada da terra no Pontão ter se instalado próximo a uma árvore de Pinheiro, que estava oco, dando origem ao nome da escola da aldeia atual. As instalações da escola são em um prédio de madeira, com quatro metros e meio de largura, por seis metros e meio de comprimento, ainda temos uma cozinha improvisada em outro prédio. Ainda não possuímos instalações sanitárias adequadas, utilizamos a antiga patente, *gir ag jagfaj fã*. A escola pertence à 7ª Coordenação Regional de Educação. Na escola trabalhamos o ensino bilíngue com dois professores indígenas, um funcionário para serviços gerais também indígena, e a escola ainda não possui pessoa responsável para a parte administrativa.

Não temos professor não indígena. A escola conta com 21 estudantes, do pré-escolar ao quinto ano, todos kaingáng. A alimentação na escola é um cardápio definido pela secretaria de educação, mas o cardápio é adaptado de acordo com a alimentação indígena.

A comunidade valoriza muito a cultura, mas ainda faltam elementos que fortaleçam esse resgate, mantemos principalmente a língua e o artesanato, apesar das condições precárias.

Temos dois anos de aldeamento (acampamento), estamos ainda no esforço de organizar um Projeto Político Pedagógico para a comunidade escolar. Mais há um PPP para as escolas indígenas no Estado, porém, que em face a política governamental, não estamos conseguindo trabalhar conforme está no PPP.

A modalidade dos períodos de aula é manhã e tarde. A Secretaria de Educação (SEDUC) é quem mantém a escola indígena. A avaliação acontece trimestralmente, são considerados os conhecimentos trazidos da família e adquiridos na escola.

A seleção ou escolha de professores é feita conforme o nível de formação do candidato e principalmente com o apoio e declaração do cacique, de que o interessado é preparado para atuar nesta função de educador.

A língua indígena é trabalhada como disciplina na escola em dias específicos, mas dando ênfase também nas disciplinas da língua portuguesa, até o 5º ano. Por se tratar de escola de séries iniciais, e trabalhada com professores em fase de formação, mas com empenho e esforço.

2. A língua portuguesa na aldeia

Na aldeia Butiá, a língua portuguesa não afetou a prática da língua nativa, as pessoas comunicam-se ainda na fala com seus familiares, com os pais, os filhos, netos, enfim com todos os parentes da aldeia e outras comunidades indígenas vizinhas. Mas que por outro lado, agora, o medo em si, das pessoas mais velhas da comunidade, curiosidade das crianças, é falar a língua portuguesa e sempre querem a todo momento nas brincadeiras, com outras crianças, na escola, no posto de saúde se comunicar nessa nova língua. Isso quer dizer que a juventude de hoje, mesmo que admirando, achando bonita essa forma de se comunicar, não pensa nas consequências que essa língua traz para a sua vida. Na comunidade a língua do *fóg*, restringiu muito algumas práticas culturais, a forma de falar, aportuguesando o dialeto natural. Esquecendo o seu modo de viver, vivendo conforme o sistema do não índio, cada um na sua, deixando de lado às práticas tradicionais, dos remédios, das comidas, no respeito e consideração que devemos ter com a espiritualidade que atinge direta e indiretamente na organização familiar. Assim como o espaço é limitado, a interferência do não índio delimitou em muito a sua forma de cultivar e preservar a sua cultura.

3. A mitologia

Não há uma tradução específica para o mito na cultura indígena, pois ele é entendido e compreendido de diversas formas na cultura kaingang. Uma das definições que podem ser usadas para mito na sociedade kaingang é o *gufã* (histórias narradas ou contadas pelos mais velhos), sobre acontecimentos reais ou não, repassadas através de narrativas espontâneas pelo ser humano, vivenciadas pelas gerações passadas, com os animais, na espiritualidade, dentre outros vários conhecimentos adquiridos. Estas narrativas são recontadas para os alunos e para a comunidade escolar, promovendo assim, conhecimentos dos nossos antepassados que possam contribuir na organização comunitária e principalmente familiar. Temos como exemplo a valorização da organização social através das marcas tribais, para que este costume não caia no esquecimento; o uso da medicina natural relativamente ao uso da alimentação típica, aos cuidados na gestação da índia para gerar filhos, tanto filho homem como filha mulher, (relacionada com plantas). No mundo espiritual, há formas de evitar consequências de sofrimento e angústia para a criança kaingáng e até mesmo para os adultos.

Enfim, a mitologia é trabalhada conforme o sentido compreendido culturalmente por esse povo, com o objetivo de ensinar e orientar a comunidade em geral. No valor e respeito da cultura de um povo corajoso e sofrido. Respeitando e considerando os aspectos positivos e negativos da nossa cultura, direta e indiretamente no cotidiano das pessoas, e que através do cultivo dos saberes passados de geração em geração, se revitalizará e se fortalecerá a vivência cultural do povo e suas comunidades.

MITO EM LÍNGUA KAINGANG

Võvõ Kãme

Vãsy inh Võvõ ty nigti, hãra ti ty fóg ag my vãnh vene ke já nigti, ti ty ti kanhkã ag kãgtén jé, vãnhmy ti ty han ge vã ty, kanhgág ag ty tu ken jé, fóg ag my. Ti u tén ky tóg ti nigreg kym ky fóg my ma tigti, jenkamu to. Nurvenh ag ty kinhra si nyti, inh võvõ kãme kórég ti.

Ky hãve sir.

Sobre o autor

Gelcimar Amantino é indígena do povo kaingang da Terra Indígena Nonoai, mora no acampamento indígena Butia no município de Passo Fundo, Rio Grande do Sul; é acadêmico, cursa Licenciatura Intercultural do sul da Mata Atlântica na Universidade Federal de Santa Catarina.

Aldeia Pinhalzinho:

educação, língua e a mulher Kaingang

Janice de Paula

Resumo

Neste artigo busco contar um pouco sobre a minha aldeia, as experiências adquiridas junto com os mais velhos em relação à história da minha comunidade, buscando abranger o antes e o presente de todas as experiências passadas pelo ancião, de lutas territoriais, culturais e da educação dada às crianças na família e na escola.

1. Terra Indígena Nonoai – Pinhalzinho

A Área Indígena Pinhalzinho, localiza-se no município de Planalto - RS, dentro da terra Indígena Nonoai, no norte do Estado do Rio Grande do Sul, a terra indígena é ocupada por duas etnias, os Kaingang e os Guaranis.

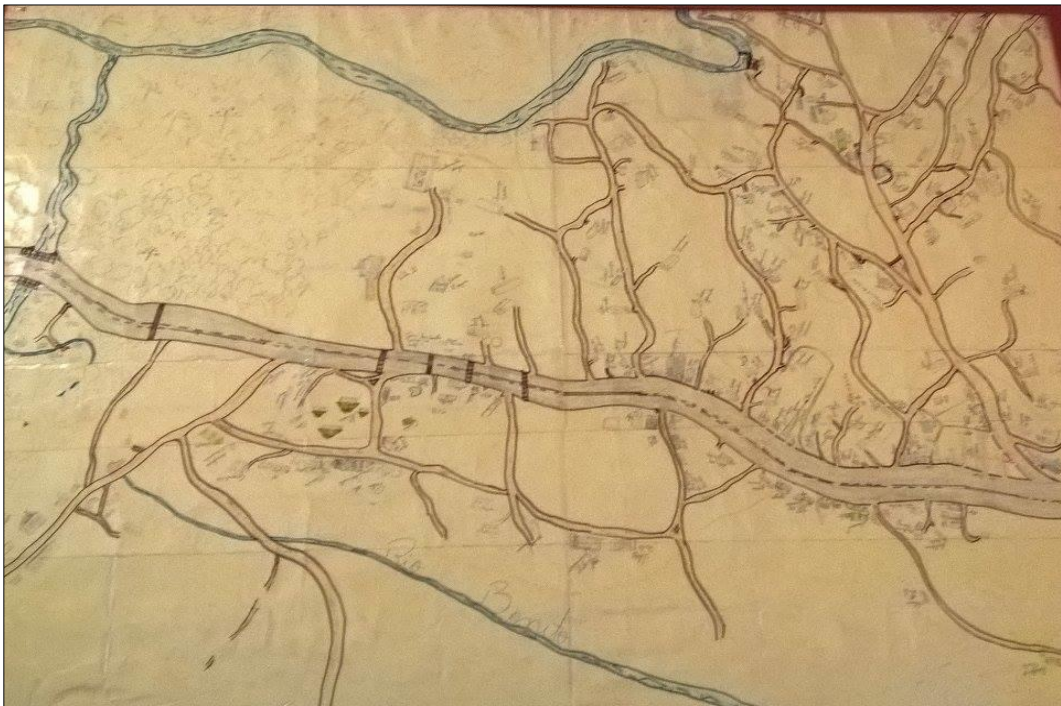
A Terra Indígena Nonoai (T.I) possui área oficial de 20.000 hectares e a população da área é de 2.680 habitantes. A área indígena é composta por uma aldeia chamada Pinhalzinho, que é dividida em oito setores: 1- Ivaí, 2- 4º Secção, 3- São Brás, 4 - Cruzeiro, 5- Pinhalzinho, 6- M'Baraká Miri, 7-Conceição, 8- Três Arroio e 9- Início Parque Nonoai.

Dentro da aldeia Pinhalzinho o setor Pinhalzinho foi escolhido como local para a implantação da proposta de estudo; o setor tem acesso à RS 324. O espaço foi escolhido por ser um ponto de referência entre os demais setores.

O setor foi o primeiro a ser habitado por povos indígenas, por isso leva também o nome da aldeia. Os outros setores restantes surgiram como consequência de necessidades imediatas sob a forma de evasão. Alguns dos setores da aldeia foram surgindo no processo de demarcação e reconhecimento de terras indígenas por que passou o município.

Na comunidade há um posto de saúde que atende às duas etnias indígenas com profissionais habilitados na área da saúde para atender toda esta a população.

Figura 1 - Croqui Aldeia Nonoai. (Revista de arquitetura do IMED, v.2, n.2,2013, p.116-169, issn 2.318-11.09).



Fonte: Acervo do posto de saúde da aldeia.

Na terra indígena Nonoai há o cacique senhor José Oreste do Nascimento; na Aldeia Pinhalzinho temos um capitão, o senhor Valmor Farias que conta com outras lideranças para orientar os 1.900 habitantes indígenas distribuídos em 300 famílias. A situação na aldeia é relevante, mas poderia haver melhores condições na educação e na saúde das crianças.

Na comunidade há cinco escolas, três kaingang e duas guaranis, todas vinculadas ao Estado. Uma escola kaingang e uma escola guarani são de ensino fundamental das séries iniciais até o 5º ano; uma escola kaingang e uma guarani são de ensino fundamental das séries finais até o 9º ano, e ainda uma escola kaingang oferece educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e o EJA. A escola maior atende em torno de 310 alunos, onde 80 por cento é falante da língua kaingang.

2. Língua portuguesa na comunidade

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 1967 sucedendo ao SPI foi criada a Funai. Em 19 de dezembro de 1973 foi promulgada a Lei 6001, conhecida como

Estatuto do Índio, que formalizou as políticas a serem adotadas pela Funai para a proteção das populações indígenas.

Em 1995 as escolas foram estadualizadas e foram regulamentadas em 2002, conforme o depoimento da senhora que entrevistei, Anastácia da Silva de 83 anos. Esta anciã conta a história de que a língua portuguesa surgiu na comunidade há muito tempo, ela conta que quando criança ia para a escola e era bem diferente dos tempos de hoje.

A escola era feita de madeira, os professores eram todos *fóg*, como ela diz, são os não índios. A educação era bem rígida, ela conta que se um aluno fosse desobediente era posto de castigo de joelho em um canto da sala, virado de costas para os colegas esta era uma forma de o professor ter autoridade e deixar os alunos intimidados.

Na escola não havia merenda, tinham que levar de casa cada um o seu lanche para não passarem fome. Como lanche ela levava batata doce ou mandioca assada no fogo de chão preparada pela sua mãe.

Os materiais eram levados em uma sacola de plástico feita com sacos de açúcar improvisados, quem tinha mais condições comprava mochila e materiais melhores. Segundo a senhora Anastácia, os alunos tinham que caminhar quilômetros enfrentando o cansaço e algumas vezes o frio, noutras o calor, porque a escola ficava em outra vila e naquela época não havia transporte escolar como nos dias de hoje. Relata também que na época era tudo tão bom e que ela nunca reclamava para seus pais.

Os professores eram bem tradicionais. Ela parou de estudar na 2ª série do ensino fundamental por que tinha que ajudar seus pais a trabalhar nas colônias dos brancos para poderem sobreviver, por isso teve que abandonar os estudos e o que aprendeu foi apenas a escrever o seu nome.

Hoje ela aconselha seus netos e bisnetos a aproveitarem as oportunidades que têm, as quais ela não teve, pois com muito sofrimento criou seus filhos. E hoje ela tem filhos e netos com profissões diferentes e tem muito orgulho de tudo isso.

3. A instituição escola na aldeia: entre a língua portuguesa e a língua Kaingang

A partir dos anos 90 as escolas eram administradas com recursos federais administrados pela Funai, mas em 1995 o município passou a administrar as escolas dentro da Aldeia no nosso município.

As primeiras escolas construídas na Aldeia foram feitas de madeira pela Funai e algumas foram feitas de alvenaria, construídas por padres com o objetivo de fazer um trabalho de catequizar os indígenas e de ensiná-los a ler e a escrever.

Os professores eram da própria Funai e do município até o ano de 1999; após o ano de 2000, o Estado tomou posse das escolas e melhorou sua estrutura e a organização da educação.

Nesta época os índios não eram forçados a frequentar a escola, mas foram incentivados pelos profissionais da educação sobre a importância desse novo modelo de educar, pois que antes era só das famílias.

Eu estudei na escola indígena da 1ª até a 8ª série, da primeira série até a quinta estudei na Escola Nossa Senhora da Conceição, depois da sexta série até a oitava estudei na antiga Escola Sepé Tiaraju, atual Escola Estadual Indígena Kaingang de Ensino Médio Cacique Sy Gre. Depois no ensino médio passei a frequentar uma escola fora da Aldeia, no município de Planalto, onde conclui o ensino médio.

As lembranças que guardo são que tive professores muito bons, que me ensinam tudo o que eu sei nos dias de hoje, a maior parte da minha infância passei com eles e com os meus colegas que fazem parte da minha vida.

A escola de hoje é muito grande e bem equipada, tem professores bons e bem qualificados para dar seguimento à educação das nossas crianças. Temos educação infantil, ensino fundamental das séries iniciais e finais, ensino médio e EJA. A escola acolhe 310 alunos e temos 18 professores ao todo; entre estes 13 são indígenas.

Na Escola Cacique Sy Gre há 19 professores, sendo 13 indígenas e há 6 funcionários. O currículo da escola é próprio criado pelos professores indígenas e não indígenas das escolas, de acordo com as leis da LDB.

Figura 2 – Escola da Aldeia.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 3 – Escola da Aldeia.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 4 – Escola da Aldeia.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 5 - Palestra na escola sobre saúde bucal.



Fonte: Acervo próprio.

Durante toda semana que antecede o dia do Índio, dia 19 de abril, são organizadas várias atividades nas escolas e na comunidade, procurando incentivar as crianças e a comunidade a preservar sua cultura através de apresentações de danças, do preparo de comidas típicas, da realização de jogos, do uso de ervas medicinais e da confecção de

artesanato, assim como também há a realização de conversas de roda com os idosos da aldeia. Todas estas atividades acontecem durante todo o ano, mas na semana e no grande dia são mais intensificados, pois no dia do índio acontece uma grande festa na comunidade para comemorar este grande dia.

Figura 6 – Confecção de artesanatos em sala de aula.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 7 – Confeção de artesanatos em sala de aula.



Fonte: Acervo próprio.

Na Aldeia ainda são confeccionados vários tipos de artesanatos, que são uma das principais fontes de renda dos nossos indígenas. A confecção de artesanatos é uma forma de incentivar nossas crianças a não perderem a nossa cultura. Os artesanatos são confeccionados pelos avós, mães, pais...são eles mesmos que retiram da Mata o próprio material para a confecção.

Figura 8 – Confeção de artesanatos em sala de aula.



Fonte: Acervo próprio.

4. Como é o ensino da língua portuguesa na sala de aula

A língua portuguesa é uma língua muito complexa e, ao lado da língua kaingang, os alunos indígenas buscam aperfeiçoar-se em ambas. Em média, os moradores são conhecedores das duas línguas, isto variando de família pra família. Alguns com maior conhecimento em português, outros em kaingang.

Percebe-se que às vezes deixam a desejar no conhecimento da língua portuguesa, que nem sempre é vista com grande importância devido à própria língua indígena.

O professor em sala de aula trabalha muito a cultura, a gramática e os diversos gêneros textuais focando muito a cultura indígena. Trabalha-se muito a oralidade para a desinibição, como também a música e o teatro. Mesmo sendo uma escola indígena, se trabalha a base curricular nacional, focando na realidade indígena.

O português deve sempre somar na vida dos educandos para estes possam conviver bem com as outras culturas no trabalho, na universidade... E as duas línguas devem somar na vida deles para que tenham um real aprendizado.

O aluno indígena é um aluno focado e sabedor tanto quanto de outra cultura, são capazes e o professor deve buscar instigá-los cada vez mais, desenvolvendo suas capacidades intelectuais.

O aluno deve ver a língua portuguesa com muita importância, deve saber a língua materna, mas também deve valorizar e buscar aperfeiçoar-se com mais dedicação na Língua Portuguesa.

Na comunidade 80% são falantes da língua indígena, mas a alfabetização desta língua começa no 2º ano do ensino fundamental e tem seguimento até o final do ensino médio; são duas horas semanais de aula de língua materna para cada turma. Isto é importante para que os alunos não percam a cultura; são feitas reflexões sobre a língua materna dentro da sala de aula, na prática e na oralidade; fora da sala são feitos também vários tipos de ensino, como danças, coleta de ervas, confecção de artesanatos, preparo de comidas típicas, palestras com idosos,...entre outras atividades.

5. A mulher Kaingang

Antigamente a mulher kaingang se casava e só cuidavam dos afazeres da casa, além de ajudar o marido na roça. Cuidar dos filhos era a tarefa mais importante que elas tinham. Além dos afazeres da casa, também confeccionavam artesanatos como forma de ajudar o marido nas despesas da família, trocando seus produtos por roupas e alimentos para seus filhos.

Nos dias de hoje as mulheres inovaram muito, elas não só cuidam da casa, como também trabalham fora da aldeia, estudam e tem formação, muitas vezes em cursos superiores. Além de cuidar dos filhos, temos mulheres kaingang em vários tipos de profissões. No passado a mulher tinha muitos filhos, e tratava a todos com muito carinho, atenção e afeto. Algumas mulheres indígenas ainda têm muitos filhos, mas elas estão também se controlando, tendo de 1 a 2 filhos, para não ter muito com o que se preocupar com a formação de cada um. Na comunidade temos mulheres com profissões diferentes porque elas não pensam só em si, mas também em seus filhos e na sua família.

As velhas da aldeia incentivam os netos e bisnetos a preservarem a cultura e os costumes da tradição. Além de incentivá-los a estudar e buscar uma formação para que no futuro sejam profissionais qualificadas para ajudar a comunidade. As *kofã* cuidam de seus

netos como se fossem seus próprios filhos, dando a eles carinho e amor como se fossem seus filhos. Muitas vivem ainda da confecção de artesanatos e da aposentadoria.

6. A infância da menina

As meninas kaingang em um passado não muito distante, além de irem para a escola, tinham a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos, para que a mãe pudesse cuidar dos afazeres domésticos e ajudar o pai na roça. As meninas passavam a maior parte do tempo brincando com os irmãozinhos e com outras crianças da aldeia.

Uma das brincadeiras que elas mais gostavam era brincar de bonecas, algumas tinham bonecas ou outras improvisavam, ainda assim gostavam e em momento algum elas reclamavam para seus pais da necessidade de haver brinquedos melhores.

Na aldeia as crianças brincavam todas juntas, pois os pais não viam mal nenhum das crianças brincando juntos com os meninos que brincavam de bola. A maioria das meninas brincavam de boneca até mais ou menos os 9 ou 10 anos de idade; isso era geralmente a faixa etária que elas se sentiam crianças ainda.

Passando esta idade as mães começavam a se preocupar em dar conselhos para a menina, pois ela estava deixando de ser criança para se tornar moça da casa. Quando a menina se tornava moça, a mãe sentava com a menina e ensinava como ela iria se comportar na comunidade. Pouco a pouco a mãe ensinava a ela a importância de valorizar-se e se tornar uma boa esposa quando estivesse pronta para casar. Junto com a mãe a menina aprendia os afazeres da casa e a confecção de artesanatos para que não tivesse necessidade, e também aprendia como ser uma moça prendada, como diziam.

As moças se casavam novas, entre 14 e 15 anos, nesta faixa etária elas estariam prontas para se casar conforme o entendimento dos pais, pois eram eles quem arrumavam o marido para as filhas. Antes que as meninas tivessem um contato físico com um rapaz, a mãe levava a menina para a mata. Pedia para que a filha não entrasse no mato com ela. A mãe tirava um remédio que só ela sabia o nome, geralmente era para a menina casar e ser fértil para que tivesse quantos filhos quisesse ter com o marido.

7. O casamento no passado

Antigamente eram os pais que escolhiam os rapazes com quem suas filhas iriam se casar. Quando um rapaz se interessasse por uma menina, o pai da menina levava o rapaz para a roça e media um alqueire de capoeira para ele roçar. Se o rapaz conseguisse roçar tudo e chegasse a ficar com as mãos cheias de calos, o pai autorizava a filha para casar-se com o rapaz, pois ele seria o partido certo e sua filha não passaria fome, sendo bem tratada.

O rapaz tinha uma regra a ser cumprida, só poderia visitar a moça depois do noivado e nos finais de semana, regras que o pai dava para o rapaz; os dois poderiam namorar na presença deles, para que não houvesse nenhum contato mais íntimo entre o rapaz e a moça, pois ela tinha o dever de se casar pura, como diziam sua avó e sua mãe.

8. Casamentos atuais

Os casamentos atuais não são mais como os antigos, agora o rapaz conhece uma menina, eles ficam umas ou duas vezes e o rapaz pede a mão da moça para o pai, perguntando se pode namorar a sua filha. Os dois começam a se conhecer melhor durante esse tempo e o casal se visita na casa de seus respectivos pais.

O casal só pode namorar se forem de marcas opostas, sendo *Kajru* e *Kame* ou se não forem parentes chegados, como dizem. Às vezes o casal leva um tempo para casar, ou se der certo o namoro os dois conversam e juntos com os pais eles vão até as autoridades da comunidade para tratar do casamento, pedindo a permissão para o capitão e para outras lideranças. Os pais de ambos conversam e combinam um tempo para o dia em que acontecerá o casamento, a união do casal. Então começam os preparativos da cerimônia com o envio de convites para parentes de ambos e para outros das aldeias onde vivem os parentes. Chegando o grande dia que foi marcado o casamento, cada um organiza a festa para seus convidados, o noivo de um lado e a noiva de outro, cada um festejando com os seus no grande dia do casamento; depois da confraternização e feito o encontro dos noivos com muito foguetório, dão seguimento com o aconselhamento do casal, e em seguida todos se divertem com as bandas que tocam o baile juntos comemorando mais um casamento, ou seja, a união do casal.

Figura 9 – Casamento de Ednilson e Andréia (noivos kaingang, em 07 de março de 2016).



Sobre a autora

Com a base neste trabalho apresento um pouco sobre a Terra Indígena de Nonoai, e especialmente a aldeia Pinhalzinho, localizada no município de Planalto. Apresentando através desta pesquisa informações adquiridas na comunidade.

Sou **Janice de Paula Girká**, o meu nome kaingang foi tirado de um antigo livro, sou da etnia Kaingang, falante da língua materna. Nasci no dia 11 de agosto de 1985, no município de Planalto, RS, onde é a Área Indígena Pinhalzinho. Nasci e cresci nesta comunidade. Tenho 31 anos e sou casada.

Atualmente trabalho na Escola Estadual Indígena Kaingang de Ensino Médio Cacique Sy Gre, como professora de língua kaingang nos anos iniciais.

Cheguei à universidade através do vestibular, vim em busca de formação e de novos conhecimentos que eu possa ajudar e contribuir com a minha comunidade, dando de mim o melhor possível. É uma honra fazer parte desta universidade, tenho orgulho de mim mesma por ter chegado até aqui e por estar no ensino superior.

Busco qualificação e conhecimentos, novas oportunidades que virão, e o retorno para a minha comunidade é ajudar a futura geração, que são nossas crianças. Sou uma mulher Kaingang muito feliz e orgulhosa por fazer parte da UFSC e ter chego até aqui.

Iniciei meus estudos em uma pequena escola, que tinha apenas três salas, duas eram salas de aula e uma era a cozinha; foi nesta escola que iniciei as minhas primeiras aulas. Tinha mais ou menos oito anos de idade e a escola tinha como nome Nossa Senhora da Conceição. Esta escola até hoje está a funcionar; foi nesta que eu cursei da 1º série até a 5º série do ensino fundamental e as aulas eram no período matutino.

Quando passei para a 6º série tive que mudar de escola, foi dali em diante que começava com tudo novo: escola nova, colegas novos e professores novos. A minha maior dificuldade era por causa da distância onde a nova escola ficava. Eu tinha que caminhar quilômetros, fizesse sol ou chuva, tinha que enfrentar o cansaço, pois ir à escola era a melhor coisa que eu fazia; meu pai foi uma das pessoas que incentivavam para eu fosse para a aula, pois não podia ter faltas e não podia reprovar no final do ano.

Concluindo a 8º série do ensino fundamental passei a frequentar a escola fora da aldeia, pois naquela época só tinha até a 8º série, que seria o 9º ano de agora. Meus pais conversaram e acham melhor mudar de escola, para mais perto da estrada onde passava o ônibus escolar para que eu continuasse a estudar. Então comecei a ir para a escola fora da aldeia onde morava, foi na cidade que concluí o ensino médio e dali em diante não pensei mais em parar de estudar. Eu tinha medo de não superar os meus receios de me expressar, pois sou muito tímida, não foi fácil de me adaptar; mas com o passar do tempo fui me acostumando, fiz novos colegas e tive novos professores que tenho como amigos até os dias de hoje. Então se passaram os três anos, conclui o ensino médio, chegou o tão esperado dia da minha formatura, dia que nunca esquecerei, pois dei muito orgulho aos meus pais.

Sou uma das suas filhas que continua até hoje a estudar, para realizar meu sonho e formar-me, dando continuidade aos meus sonhos, construindo degrau a degrau. Sei que nada é difícil para quem quer dar o melhor de si para o próximo passo, e com muita dedicação e com os professores que tenho vou conseguir chegar ao fim.

9. Considerações finais

Neste trabalho apresentei um pouco sobre a Terra Indígena de Nonoai e da aldeia Pinhalzinho, incluindo em um breve memorial, contendo nele um pouco da história da língua portuguesa na minha aldeia.

O trabalho abordou vários temas, muitos destes sobre os quais eu não tinha conhecimento. São registros que não imaginava conhecer, menos ainda ler e escrever sobre

estes assuntos, que foram adquiridos através da consulta aos mais velhos da comunidade. Pretendo dar seguimento a este trabalho, buscando mais conhecimento para contribuir com a minha comunidade.

10. Referências bibliográficas

Acervo Posto de Saúde da Aldeia de Nonoai. *Revista de arquitetura do IMED*, v.2, n.2, 2013, p.116-169, issn 2.318-11.09.

Acervo pessoal.

Entrevista com anciã Anastácia da Silva.

Escola Estadual Indígena Kaingang de Ensino Médio Cacique Sy Gre.

FUNAI CTL Passo Fundo.

Terra Indígena Inhacorá

e suas especificidades

Valmir Cipriano

Adilson Policena

José Carlos Cipriano Fongue

Resumo

O presente trabalho desenvolvido em período escolar e tempo comunidade têm por finalidade fazer uma retrospectiva sobre a Terra Indígena Inhacorá. Contendo informações referentes a alguns setores de trabalho, tais como: educação, saúde, agricultura, organização social e econômica e algumas práticas tradicionais existentes na comunidade.

Palavras-chave: Comunidade, Hierarquia, Escola, Conhecimento, Kaingang.

1. Introdução

Os dados a seguir da escola foram fornecidos pela secretaria da escola, pela direção e pela coordenação pedagógica.



Fonte: Arquivo da escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Marechal Cândido Rondon, TI Inhacorá, São Valério do Sul- R.S.

A escola possui este nome em homenagem ao desbravador, lutador e defensor da causa indígena, o Marechal Cândido Rondon, indigenista que possui a seguinte lema: “Morrer se preciso for, matar jamais”, possui uma clientela de 360 alunos que são falantes da língua indígena em 100%. Neste ano de 2016 tem no seu quadro funcional 11 funcionários, 16 professores, sendo 10 indígenas e seis não indígenas. A sua infraestrutura física é de um pátio com 50x50 m, com o prédio da escola de alvenaria, com sete salas de aula, banheiro masculino e feminino, uma cozinha que serve também de refeitório, sala de direção e secretaria. A sua Proposta Política Pedagógica foi construída conjuntamente pelos professores, membros da comunidade e lideranças indígenas.

2. História da língua portuguesa da Terra Indígena Inhacorá

Após anos de existência sem contatos, vivendo em liberdade absoluta, trazendo da natureza elementos para sua subsistência, preservando riquezas de um povo milenar e exercendo a atividade de ir e vir, o povo da Terra Indígena Inhacorá em um momento crucial da história, passou a ter necessidades, fazendo com que algumas ações, não de seu conhecimento, viessem a se instalar na sua vida cotidiana, impostas pelo não indígena.

O presente trabalho visa demonstrar um aspecto importante que teve influência no destino da Terra Indígena citada: A ESCOLA, e foi realizado no período de maio de 2016. Quando a população passou a enfrentar grandes epidemias de doenças, havendo muitas mortes, de crianças e de pessoas adultas. Isto os obrigou a deixar do seu cotidiano e fez com que os mais antigos naquela época buscassem recursos nos não indígenas (*fóg*) em um lugar conhecido como Três Vendas, por possuir neste lugar três comerciantes, onde hoje está localizado o município de Inhacorá. Na tentativa de comunicação em língua portuguesa, em sua maioria, esta comunicação era complementada com a língua indígena e quando não se entendiam eram feitos gestos e representações. Outro motivo também foi o comércio, pois existiam necessidades de obter alguns produtos para sua sobrevivência, tais como roupas e ferramentas para o trabalho. Esta localidade também serviu de ponto estratégico de passagem para os indígenas que se deslocavam a pé e, em meio às matas, até o GOVERNO, pois assim era conhecido e falado o lugar onde que os indígenas buscavam materiais ou produtos fornecidos para ajudar os indígenas, tais como: roupas, remédios, ferramentas e até alimentos. Este GOVERNO estava localizado em Santa Rosa e ainda hoje se encontra no município de Santa Rosa a casa na qual foi instalado o GOVERNO.

Neste período aparecem cargas em carroças puxadas por bois onde se localizavam as famílias indígenas, surgem alguns produtos, tais como cadeiras (carteiras escolares), mesas e quantidade enorme de livros que os *fóg* ofereciam para as crianças e ninguém dava importância a isso; foram deixados em uma grande casa, e após passar muito tempo, as crianças começaram a brincar com estes presentes, as classes e as cadeiras as famílias levavam para as suas casas e os livros eram levados para o rio pelas crianças para que com estes fossem feitos canoas ou barcos para serem largados nas correntezas e assim as crianças ficavam brincando o dia inteiro. Assim não vingou esse planejamento dos *FÓG* nesta época.

Verifica-se assim que, cedo ou tarde, por vários motivos e necessidades, os indígenas não conseguiriam resistir ao contato com outra cultura e com outro povo que na sua maior

parte viria para exterminar um povo que já existia, mas que resiste no atual momento da história, preservando a sua cultura com uma legislação que fortalece os seus direitos e tendo como parte fundamental a defesa da sua TERRA mãe.

3. A escola, a língua portuguesa e língua Kaingang

Nesta parte do trabalho será desenvolvido especificamente o item acima descrito, que seguramente servirá de estímulo para preencher lacunas, buscando um melhor entendimento de um pensamento indígena para um pensamento ainda confuso da sociedade envolvente.

Para começo de conversa: ESCOLA, conforme o dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras é uma “instituição pública ou privada de ensino coletivo ou a soma de alunos, professores ou funcionários desta instituição”; esta definição primeiramente sugere que este espaço possui um mandatário e que certas pessoas são conhecedoras ou detentoras do conhecimento e saberes, sendo capazes de transmitir e ensinar outras pessoas. Sabe-se que muitas vezes isso não acontece nos tempos atuais, que a escola passa a ter em muitos casos o espaço que as famílias possuem para deixarem os seus filhos para conseguirem resolver seus problemas e que este grupo de pessoas que recebem estas crianças não está na maioria das vezes preparado para trabalhar com as diversidades que frequentam estes espaços. Ressalva-se que existem em alguns lugares espaços que conseguem realizar os seus trabalhos na sua plenitude. Outra situação é que esta ESCOLA, em muitos lugares ou na sua maioria, torna-se um espaço de empregos, onde muitas vezes pessoas despreparadas assumem cargos. Situação agravante também a ser relacionada neste contexto é a forma de atuação dos entes federativos mantenedores destas instituições, desde recursos financeiros, manutenção de prédios, valorização do profissional existente e a falta de preocupação com a evolução e principalmente com a formação para o melhor acompanhamento das diversidades existentes no dia a dia do trabalho.

A língua kaingáng desde a sua escrita na década de 1970, vem passando por várias transformações, sendo este processo ao mesmo tempo positivo e negativo para o povo Kaingáng; positivo por que verifica evolução de pessoas falantes e escritores, que no decorrer do tempo fortalece mais a língua materna. Também verificamos a sua valorização e o crescimento de espaços escritos de professores formados em cursos específicos e bilíngues. Negativo porque ainda não há profissionais formados para discutir unificação da língua escrita, o que em pouco tempo estará acontecendo para um melhor entendimento e

compreensão. A língua portuguesa é escrita há tantos anos, que já passou por diversos acordos que, vem tentar ajudar a um melhor entendimento.

A escola no contexto geral, desde a sua entrada nas comunidades indígenas, apesar de não estar de acordo com os pensamentos e desejos indígenas, está na luta em favor das comunidades e o povo indígena em várias situações e momentos, em maior ou menor proporção ou em diferentes lugares e momentos.

Nestas conquistas realizadas, em muitos casos houve primeiramente a valorização da língua pela própria comunidade, como ocorreu na T.I. INHACORÁ, na qual se procurou especialistas que pudessem coordenar trabalhos e formar justificativas a serem para a valorização e o fortalecimento, sendo a língua o primeiro item, entre outros existentes na comunidade. Através desta iniciativa verifica-se que hoje, em época de diversas influências (alimentação, vestuário, calçados e tecnologias) pela sociedade envolvente, a população e principalmente os jovens conseguem a tramitação em ambos, fortalecidos pela sua família, pela escola e a comunidade geral. Isso se deve a valorização interna dos costumes tradicionais.

Pensando neste aspecto, a escola de hoje, que se entende ter uma educação diferenciada e específica, não acontece na realidade ou nas bases das terras indígenas, pois não podemos nos iludir, como indígenas. Pelo entendimento dos órgãos governamentais que são mantenedores, tendo um professor, funcionário e principalmente uma denominação de “Escola Indígena”, acreditam em possuir uma educação diferenciada. Sabemos que faltam muitas coisas, como por exemplo, uma política de educação realmente diferenciada para as comunidades indígenas com recursos adequados a realidade das terras indígenas.

Sendo assim uma escola indígena deverá primeiramente valorizar os conhecimentos adquiridos pelas crianças, pois a primeira escola é a família, fortalecendo a sua cultura através da valorização e experiências dos anciãos e a revivências de suas memórias, não deixando de trabalhar a língua portuguesa para a sua defesa e buscando alternativa para um futuro melhor para a sua comunidade e para o seu povo Kaingang.

4. Trabalho de mitologia existente na comunidade indígena e na escola

A escola, existente há muito tempo na terra indígena, vem para apresentar conhecimentos em forma de textos ou escritos nas várias sociedades, fazendo com que crianças aprendam uma forma diferente de registrar em uma língua nacional.

As comunidades indígenas sempre possuíram formas diferentes de passar os conhecimentos e as suas aprendizagens; especificamente o povo Kaingáng, sempre fez precaver a forma oral, passando de geração para geração, não se importando com a sua classificação e nem mesmo as suas colocações, mas valorizando as revivências históricas, contadas pelos mais velhos para crianças à noite e ao redor de fogo de chão, muito comum nas casas típicas do povo.

Com o passar dos tempos estas revivências contadas passam a ser verdadeiras e praticadas na comunidade, tais como: conselhos elaborados pelos conselheiros da liderança indígena em casamentos indígenas e em acerto de algum mal entendido entre famílias, sendo isso através de ordens, de explicações, de medo e crenças.

A escola através destas revivências vem praticando a forma tradicional no momento atual, como por exemplo: em palestras, dramatizações, (casamentos, histórias e etc...) e a participação direta dos mais velhos na construção de projetos e a participação do *kujá* (líder espiritual), além da construção e adequação da proposta política pedagógica da escola; disciplinas de valores culturais, artes e língua indígena e ainda a alfabetização na língua indígena kaingáng nas séries finais e no ensino médio do Instituto de Educação Indígena na terra indígena.

Sendo assim, a escola realiza a continuidade das atividades construídas pelas famílias, exercendo a função de estar na comunidade para ser mais um instrumento para a discussão da questão indígena, registrando o conhecimento tradicional de uma maneira diferente para valorizá-lo, não se importando com a sua classificação. Há também em sua grade curricular as demais disciplinas de formação do aluno indígena, para que este seja capaz de enfrentar o mundo de maneira igual a todo cidadão brasileiro, tendo, porém, ênfase nos conhecimentos tradicionais, considerados “mitos”, onde o real, o imaginário, o falso ou verdadeiro passam a ser os alicerces que norteiam a comunidade da Terra Indígena Inhaçorá.



Fonte: Arquivo da escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Marechal Cândido Rondon, TI Inhacorá, São Valério do Sul- R.S.

Além desta escola, existe há 3 km da sede desta comunidade o Instituto de Formação, chamado Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhka Miguel, em homenagem ao líder indígena nascido na terra indígena Inhacorá, Angelo Manhka Miguel (*in memoriam*), que foi o líder na retomada da parte da terra indígena, onde está localizado o instituto mencionado, único existente no sul do Brasil em terra indígena que tem por finalidade a formação de professores em nível de magistério específico e diferenciado, a formação do ensino médio politécnico regular para alunos indígenas kaingáng e educação para jovens e adultos (EJA), com funcionamento nos turnos da manhã, tarde e noite. O magistério citado possui períodos para divulgação de edital de ingresso que acontece anualmente para alunos indígenas kaingáng dos três Estados do sul do país. O Instituto tem a sua proposta política pedagógica elaborada por professores indígenas e não indígenas, lideranças da comunidade e pais de alunos; esta proposta foi reconhecida pela Secretaria Estadual de Educação (SEC) do Rio Grande do Sul. Atualmente o Instituto possui 4 professores indígenas Kaingáng, 11 professores não indígenas e 7 funcionários. A sua estrutura é composta por 1 centro administrativo, 1 secretaria, 1 biblioteca, uma cozinha, um refeitório, uma sala de

professores, alojamento para 100 alunos em regime de internato, banheiros masculinos e femininos, uma sala de informática, três salas de aula e um auditório

5. Terra Indígena Inhacorá e sua economia

Figura 01 - Mapa da comunidade.



Esta Terra Indígena está localizada na margem direita do rio Inhacorá, no município de São Valério do Sul, a sua extensão territorial atual é aproximadamente de 2.843,38 há, mas o seu limite original delimitada era de 8.023 ha, a área original demarcada é de 5.859 hectares. Esta comunidade tem o nome de Inhacorá por ali passar um rio que margeia a terra indígena, que conforme relatos de membros desta comunidade, este rio continha elementos de subsistência necessários para a sobrevivência do grupo que se acampava, tais como: caça, mel, frutas, água, e produtos para a medicina tradicional.

A sua situação jurídica está em processo de reivindicação da parte original da extensão territorial. A sua população está estimada em 1350 pessoas em torno de 180 famílias com um cacique que se chama Adilson Policena. Os dados acima citados se

encontram na comunidade indígena, escola e Coordenação Técnica Local- CTL da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, localizada na cidade de Santo Augusto RS. A CTL/FUNAI, que antes se localizava em terra indígena, após sua reestruturação passou ter a sede na cidade, dificultando muitas vezes o seu atendimento aos indígenas.

A comunidade tem como pontos de referência a escola indígena, uma cascata e o Instituto de Educação. Como fonte de renda há o artesanato, a agricultura de subsistência, e existe a ocorrência de trabalhadores assalariados que realizam trabalhos diários para os não indígenas em outras cidades, principalmente nas atividades de colheita de maçã e em frigoríficos; ainda há trabalhadores indígenas junto a programas governamentais, além de aposentados e pensionistas.

Figura 02 - Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhka Miguel



6. Organização social

Dentro da comunidade indígena de Inhacorá existe uma organização hierárquica formada por um cacique e o vice-cacique, e existe também o delegado, que tem a sua equipe de trabalho composta por capitão, sargento cabo, coronel, conselheiros, e as polícias, que

são responsáveis pelo bem-estar da comunidade e por manter a ordem dentro da comunidade. Não são funções remuneradas, são cargos postos pela comunidade, e os indivíduos são escolhidos pelas pessoas em uma reunião comunitária, ficando incumbidos de prestar serviços por tempo indeterminado, enquanto que estas pessoas da comunidade desejem a permanência dos mesmos. Quando acontece a troca de uma liderança ou cacique, a comunidade é convocada para uma reunião com a finalidade específica de discutir o assunto, e então os conselheiros e os membros da comunidade já discutem a troca da liderança. A metodologia utilizada para este fim é: há um tempo para as pessoas presentes trocarem suas ideias, depois é retomado o assunto em pauta e então já é indicado o líder substituto da comunidade. Antigamente os líderes eram pessoas de mais idade ou parentes do cacique que estava na gestão, alguém que possuísse conhecimentos gerais da cultura. Hoje as escolhas levam em consideração o conhecimento cultural, os conhecimentos gerais da pessoa, principalmente no que diz respeito ao conhecimento sobre a garantia de seus direitos e deveres constantes da constituição brasileira, além de esta pessoa ser capaz de discutir questões que venham a existir no período de liderança. Esta escolha pode ser em consenso ou por eleição quando houver mais de um candidato.

A lei interna da comunidade, com objetivo de manter a ordem, tem a sua elaboração a partir das lideranças antigas, respeitadas pelos líderes escolhidos e que poderá ser alterada conforme mudanças discutidas pelas lideranças e pela comunidade, sendo assim respeitada e valorizada pela comunidade citada.

Na sua estrutura existem atualmente três igrejas evangélicas, sendo que os seus administradores e pastores são indígenas, um *KUJÁ* que trabalha a medicina e religião tradicional kaingáng, um posto de saúde com uma equipe de um médico, uma enfermeira, um odontólogo, três técnicas de enfermagem, três agentes de saúde indígenas, dois agentes indígenas de saneamento, uma servidora geral e uma viatura com quatro motoristas.

Na parte da agricultura a comunidade possui uma patrulha agrícola mecanizada com cinco tratores, duas carretas, três plantadeiras, dois pulverizadores, dois batedores de milho e feijão, além de implementos completos para o trabalho nas lavouras, e também possui um caminhão para o transporte de produtos da lavoura para o comércio e para as residências familiares.

Esta comunidade possui em sua terra uma lavoura coletiva que tem por finalidade manter em funcionamento a patrulha, recursos para o custeio das lavouras familiares, distribuição de alguns produtos alimentícios, como a farinha de trigo e milho, o feijão e a

produção de recursos para a realização da festa do dia do índio, bem como outros acontecimentos imprevistos que venham a acontecer na comunidade.

Para o lazer da comunidade existe um clube comunitário, um campo de futebol com quatro equipes e uma cascata que recebe visitantes não indígenas (*fóg*).

7. Considerações finais

Apresentados de maneira sintética, os temas acima citados vêm mostrar um pouco do antes e o momento atual de uma terra indígena do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, chamada Inhacorá. Os temas foram discutidos em aula e a partir de apontamentos direcionados feitos pelo professor da disciplina, o trabalho passou a ser transcrito; entretanto, no decorrer do tempo, o mesmo poderá sofrer modificações que possam completar os temas citados.

Sobre os autores

Valmir Cipriano

Nascido aos vinte e cinco dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e nove, na Terra Indígena Inhacorá, filho de Vitor Cipriano e de Florinda Cipriano (*in memoriam*), da marca tribal *Kamẽ*. Desenvolveu sempre atividades na comunidade da TI Inhacorá, de alguma maneira. Pertence a uma família tradicional que sempre teve influência na comunidade, buscou a sua formação na escola indígena, a sua alfabetização na língua portuguesa na escola da comunidade existente naquela época, e a continuação de seus estudos ocorreu em uma escola fora da terra indígena, até o término do primeiro grau e o segundo grau aconteceu junto à formação da primeira turma de professores kaingang na região sul, em uma cidade chamada Bom Progresso, RS. Após esta formação atuou na educação, sendo primeiramente professor contratado em um programa governamental do Estado; após isso fez o primeiro concurso diferenciado na língua kaingáng, conseguindo uma nota que fez com que ficasse em primeiro lugar na coordenadoria da cidade de Três Passos, a qual pertence escola da comunidade. Passado algum tempo após a nomeação, realizou inscrição no vestibular da Universidade de Ijuí, RS, conseguindo uma classificação entre os dez melhores no curso de letras desta faculdade; contudo, este curso foi abandonado mais

tarde por questões financeiras e a falta de conciliação de tempo para os estudos, pois nesta época era cacique da comunidade.

Esta passagem na faculdade e o avanço de conhecimentos motivaram que em algum momento haveria de concluir a graduação, especificamente na área de línguas. Assim, realizou por último o vestibular específico da Universidade Federal de Santa Catarina no qual conseguiu estar entre os quinze melhores alunos da etnia Kaingáng, e é atualmente acadêmico da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica a partir do ano de 2016. Ainda, exerce a função de vereador no município de São Valério do Sul, RS.

Com uma convicção de estar sempre defendendo os parentes indígenas através desta formação na Licenciatura, espera os suportes e conhecimentos que venham a contribuir na luta das questões indígenas e para melhorar as ferramentas na formação de crianças indígenas na escola, para estas serem suas defesas nas esferas particular e profissional.

Adilson Policena

Eu, Adilson Policena, moro na Terra Indígena Inhacorá, com 2.843,34 hectares, no município de São Valério do Sul (RS), na região noroeste do Estado. Tenho 42 anos, filho de Raimundo Policena e de Maria Cipriana, professor dos anos iniciais, nomeado vice-diretor e cacique da Terra Indígena Inhacorá; a minha marca tribal é *Kanhru*, sou casado e pai de um filho.

José Carlos Cipriano Fongue

Da etnia Kaingang com a marca tribal *kamẽ*, nascido na Terra Indígena Inhacorá, no dia 15 de novembro de 1976, filho de Pedro Cipriano Fongue e de Terezinha Grande Gomes, professor dos anos iniciais e vereador do município de São Valério do Sul, RS.

8. Referências bibliográficas

Arquivo da escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Marechal Cândido Rondon, TI Inhacorá, São Valério do Sul- R.S.

Coordenação Técnica Local- CTL da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, na cidade de Santo Augusto RS.

Google maps – T. I Inhacorá

Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel